

NACIONAL + pag/4

Eleições municipais:
**esquerda eleitoreira
subordinada aos
partidos burgueses**

INTERNACIONAL + pag/25 a 28

Eleições na Venezuela:
**AGRAVA-SE A CRISE
POLÍTICA APÓS
AS ELEIÇÕES.**

NOTAS HISTÓRICAS + pag/13

**Trotsky é
assassinado
a mando
de Stalin**



Apoiar as tendências de luta de classes, e projetá-las em movimentos unitários e nacionais pela defesa das reivindicações mais sentidas, em oposição ao eleitoralismo e à conciliação de classes

EDITORIAL

INTERNACIONAL

GENOCÍDIO na Palestina



+ pag/14+15

Sionismo/imperialismo assassinam Ismail Haniyeh
Continuar e avançar na resistência contra os opressores!


PALESTINA

Pela derrota do sionismo e do imperialismo na Palestina!

UCRÂNIA

Pela derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia!

Apoiar as tendências de *luta de classes*, e projetá-las em movimentos unitários e nacionais pela defesa das reivindicações mais sentidas, em oposição ao *eleitoralismo* e à *conciliação de classes*

 A aproximação das eleições municipais interfere nas condições de vida e trabalho das massas. Mas não da forma como a burguesia e os eleitores das esquerdas afirmam.

"

...

Os revolucionários sabem que as eleições são o campo próprio de disputa da burguesia, que nada de bom para as massas pode sair daí. Somente atuam nos processos eleitorais quando as massas estão iludidas e arrastadas pela burguesia para essa via, para manter o combate à classe dominante em todos os terrenos que se apresentam, no percurso para ajudá-las a alcançar a total independência de classe diante de seus opressores, assim serem capazes de constituir seu poder próprio de classe.

Os exploradores buscam arrastar as massas a acreditarem que seus problemas mais sentidos serão resolvidos a partir de seu voto. Semeiam a ilusão de que um candidato “competente” será capaz de melhorar as condições de transporte, saúde, educação, moradia, etc. Escondem que qualquer candidato que vença as eleições estará subordinado a uma máquina que funciona de acordo com as necessidades e interesses da burguesia, e somente dela. Claro que existem diferenças entre os

candidatos, especialmente no discurso e nas relações com as organizações de massas. Mas as diferenças estão subordinadas ao que é igual para todos: no poder de um aparato do estado burguês, serão sempre instrumento da classe dominante. Todas as instâncias desse estado são comitês de gestão dos negócios dos capitalistas.

Hoje, diante da crise mundial do capitalismo, todas as frações da burguesia estão pelo protecionismo do capital financeiro e pelos ataques em toda linha às condições de vida e trabalho das massas, especialmente pela desvalorização da força de trabalho e maior superexploração. Todo e qualquer governo, em qualquer instância de decisão em cada país, e seja o governante de esquerda, de direita ou de extrema-direita, percorrerá o caminho dessas políticas, aplicadas de acordo com as particularidades nacionais.

A disputa eleitoral afeta as condições de vida das massas por causa das políticas e atitudes das direções das organizações de massas – os sindicatos, centrais sindicais, MST, UNE, e demais organizações populares. O lançamento das candidaturas é o ponto de largada para que tudo o que fazem passe a girar ao redor da disputa eleitoral. Na ânsia pelo voto a qualquer custo, inclusive dos eleitores da direita, as políticas e atitudes das organizações de massa são adaptadas aos objetivos eleitorais. Toda tendência de luta das bases pelas reivindicações mais sentidas é sufocada burocraticamente, de forma a que as lutas nas ruas não espantem os eleitores conservadores. Quando as tendências são fortes demais para serem contidas e os movimentos deságüam nas ruas, as direções logo tratam de desviar os manifestantes para os caminhos das instituições controladas pelos exploradores: eleições,

parlamento, judiciário. Por essas vias, concluem derrotadas. Muitas vezes, os governos nem precisam recorrer à violência policial sobre os movimentos, as próprias direções se encarregam de derrotá-los.

É o que temos visto nas últimas semanas. O lançamento de candidaturas pelos partidos da Frente Ampla que sustenta o governo burguês de Lula/Alckmin são festas lotadas de dirigentes sindicais. Esse é o foco dessa gente. Deixam de lado as reivindicações dos explorados e os métodos da luta de classes, para se jogarem de corpo e alma na disputa eleitoral. Lembramos que está em andamento um genocídio de dezenas de milhares de palestinos pelo sionismo e imperialismo em Gaza, na maioria crianças e mulheres, e que tem levantado movimentos de multidões em muitos países no mundo, mas aqui o foco é a disputa dos votos também daqueles que apoiam o genocídio. Sem falar do financiamento das campanhas, que não rechaça apoio dos genocidas sionistas.

As eleições são o campo próprio de disputa entre os bandos da burguesia. Por meio delas, os exploradores enganam os explorados, com a ilusão de que seus votos determinam de fato quem serão os governantes e parlamentares, que deveriam assim expressar a “vontade popular”. A grande maioria é arrastada pelos meios de comunicação, escola, igrejas, etc., todos manejados pela burguesia, a depositar com fé seu voto na urna. Somente quando as massas tomam em suas próprias mãos a resolução de seus problemas é que podem elevar sua consciência coletiva ao ponto de rejeitar o engano burguês das eleições como meio de atendimento das suas necessidades.

Os revolucionários sabem que as eleições são o campo próprio de dispu-

/// *O retrocesso geral da regulamentação do trabalho e a pressão pela sua perda de valor é uma tendência geral do capitalismo em decomposição. ... somente é possível defender efetivamente o mais elementar da vida e trabalho dos explorados por meio da luta de classes.* **■**

ta da burguesia, que nada de bom para as massas pode sair daí. Somente atuam nos processos eleitorais quando as massas estão iludidas e arrastadas pela burguesia para essa via, para manter o combate à classe dominante em todos os terrenos que se apresentam, no percurso para ajudá-las a alcançar a total independência de classe diante de seus opressores, assim serem capazes de constituir seu poder próprio de classe.

Na situação atual, as massas ainda preservam ilusões nas eleições. Isso obriga os revolucionários a atuarem num terreno que não é o seu. A atuação dos revolucionários nas eleições se fundamenta no programa do proletariado: atua defendendo a estratégia da revolução e ditadura proletárias, denuncia a democracia burguesa como uma cilada e expressão da ditadura de classe dos capitalistas, e impulsiona as tendências da luta de classe em oposição aos desvios eleitoralistas. Não alimenta uma gota sequer de ilusão de que as eleições possam servir para alcançar qualquer reivindicação das massas, nunca apresentam um programa de governo a ser supostamente cumprido por um governante eleito por meio da disputa controlada pela burguesia.

Se o partido revolucionário for capaz de apresentar seus candidatos nessa situação, o fará por meio da pressão das massas, e não se subordinando a imposições arbitrárias da democracia burguesa. No caso concreto atual do Brasil, isso não será possível, seja pelo atraso na construção do partido, seja pelo baixo nível de organização coletiva das massas. O tende a levar os revolucionários a defenderem o voto nulo em defesa do partido e do programa proletários.

No momento, as massas têm todos os motivos para lutar. Os salários estão sendo devorados pela alta dos preços de alimentos, aluguel, combustíveis, transportes, etc. Os empregos se estão transformando em precarizados em todos os setores, oferecidos em menor número, com jornadas de trabalho

maiores. Essa onda da terceirização e precarização atinge também os setores do funcionalismo público. Na Educação pública, por exemplo, a contratação precária de professores é estendida, ainda que com concurso ou processo seletivo. O retrocesso geral da regulamentação do trabalho e a pressão pela sua perda de valor é uma tendência geral do capitalismo em decomposição. Nessa fase, somente é possível defender efetivamente o mais elementar da vida e trabalho dos explorados por meio da luta de classes.

O governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin continua tendo a essência de sua política econômica no Arcabouço Fiscal, ainda que em palavras inconsequentes Lula o contrarie ocasionalmente. A economia brasileira está subordinada à economia mundial, ainda que a participação brasileira no comércio internacional seja pequena e centrada especialmente nas chamadas commodities (agronegócio, mineração, etc.). As tendências gerais da economia mundial caminham para a estagnação – estagnação/recessão produtiva combinada com alta inflacionária. A raiz fundamental dessas tendências está na crise mundial capitalista aberta em 2008 e até hoje em vigor, com altos e baixos. A solução encontrada pelos governos para contorná-la foi a estatização das dívidas das multinacionais e dos bancos. Por isso, as dívidas públicas dos estados explodiram, e seu sustento por meio do pagamento de juros esvai qualquer avanço econômico interno. Ao mesmo tempo, pressionam pela alta inflacionária. Fatores circunstanciais elevam essas pressões e agudizam as tendências e contradições, como a guerra na Ucrânia ou as mudanças climáticas. Na essência e como fundamento, está a agudização da decomposição do modo de produção capitalista, que retoma suas tendências gerais que antecederam a 2ª guerra mundial.

Os economistas e os ministros de Lula debatem como fazer para que os


rentistas do capital financeiro não ataquem a moeda nacional ou a bolsa de valores. Têm de preservar elevados seus lucros, artificialmente, ainda que com a economia andando para a frente a passo de tartaruga. As condições do mercado externo e as potencialidades internas guardam um grande potencial para serem amplamente impulsionadas a partir do Estado nacional, com planos de investimento e controle do comércio exterior. Mas isso é impossível a partir do Estado burguês, que tem de agir para sustentar artificialmente o parasitismo em toda linha.

A disputa ao redor das taxas de juros no Brasil é burguesa. Acontece entre frações capitalistas mais interessadas em lucrar com o parasitismo da dívida e outras que pretendem um favorecimento estatal para seus investimentos, embora ambas atuem em maior ou menor grau nos dois terrenos. Nem uma nem outra dizem respeito às necessidades das massas. É um completo absurdo que direções sindicais incluam nas pautas de reivindicações de campanhas salariais a bandeira de redução da taxa de juros. É a inclusão e uma reivindicação patronal na pauta dos explorados. Essas direções atestam que se tornaram em porta-vozes dos patrões e do governo dentro da classe.

A tendência geral é a de maior inflação, apesar da baixa atual. O aumento dos preços dos combustíveis e do dólar impulsionam a remarcação de preços de tudo. Redução de colheitas por conta dos efeitos climáticos também pressionam no mesmo sentido. Apenas a perda de poder de compra dos assalariados pressiona no sentido oposto. A disputa é desigual, e o é ainda mais se os explorados não estão saindo à luta por suas reivindicações.

Agora, a crítica às direções eleitorais e conciliadoras é parte da luta pelas reivindicações mais sentidas das massas. O chamado à luta de classes em oposição ao eleitoralismo está no centro do trabalho revolucionário. ●

Frente ampla para as eleições municipais: esquerda eleitoreira subordinada aos partidos burgueses

 Um movimento supostamente “suprapartidário”, “Direitos Já! Fórum pela Democracia”, criado há dois anos, lançou um manifesto, no dia 19 de julho, convocando partidos e organizações para compor uma frente ampla de partidos políticos para as eleições municipais. Segundo o manifesto, “[os Partidos políticos] manifestam a sua determinação em apoiar candidaturas às eleições municipais de 2024 que estejam comprometidas com a preservação dos valores democráticos mencionados acima, e comprometem-se a considerar a oportunidade de união das mesmas sempre que necessário para derrotar candidaturas que apoiem ideias ou iniciativas que ameacem a Democracia no Brasil”.

Entre os partidos que já assinaram, estão PT, PCdoB, PSOL, Rede, PV, PDT, PSB, Cidadania e PSDB. Partidos que compuseram a frente ampla em 2022, como Solidariedade e Avante, que ainda não assinaram, mas podem compor chapas para as eleições municipais, assim como outros partidos da base governista, como o MDB. Chama a atenção a presença

do PSDB, partido da direita burguesa que se encontra em decadência, mas que, tradicionalmente, esteve nas fileiras opostas às do PT.

A aproximação da esquerda eleitoreira (PT, PCdoB e PSOL) com partidos do “centro” e da “direita” burguesa revela o abandono completo dos programas reformistas (com suas promessas demagógicas em torno dos direitos sociais) em favor da subordinação completa à suposta luta contra a “extrema direita”. As alianças, no entanto, apenas fazem fortalecer as ilusões democráticas, de um lado, e, de outro, confirmam o discurso da extrema direita sobre a identidade, à semelhança dos diferentes partidos tradicionais, de esquerda e de direita, que governam o Estado burguês. Assim, em vez de “enfraquecer” a extrema direita, com tendências fascitizantes, a frente ampla burguesa acaba por fortalecê-la como um polo de “oposição”.

A única forma de combater a direitização da burguesia e o fortalecimento da extrema direita é a ação direta das massas, a partir de suas reivindicações elementares e de seus métodos próprios de luta.

“”
...

O reforço das ilusões democráticas atua contra essa política proletária, e joga ainda mais no lodaçal a esquerda eleitoreira que, na prática, como acontece com o atual governo Lula/Alckmin, aplica a política da “direita” burguesa (...)

O reforço das ilusões democráticas atua contra essa política proletária, e joga ainda mais no lodaçal a esquerda eleitoreira que, na prática, como acontece com o atual governo Lula/Alckmin, aplica a política da “direita” burguesa (pró-imperialista, pró-capital financeiro).

É preciso combater a frente ampla burguesa combatendo as ilusões democráticas e defendendo as reivindicações em relação aos empregos, aos salários e aos direitos sociais. Essa é a política do proletariado que se deve contrapor, tanto à frente ampla quanto à ultradireita.

NOTAS OPERÁRIAS

/ Boletim *O Operário Internacionalista* nº 14 - julho 2024

O que os operários devem esperar das ELEIÇÕES MUNICIPAIS?

A cada dois anos, os assalariados são convocados a escolher o seu carrasco. Todos os candidatos, da extrema-direita aos de esquerda (que dizem representar os interesses dos oprimidos), todos se colocam pela administração do Estado Burguês, ou seja, do capitalismo, da exploração.

Nós, marxistas, caracterizamos que as eleições são o campo próprio de disputa entre os grupos da burguesia, já que das eleições só se constituem

governos defensores do capitalismo (tenham a camisa vermelha, azul ou de qualquer outra cor).

Isto não significa que não se possa defender a política operária, revolucionária, nas eleições. Em momentos de não acirramento da luta de classes, se poderiam aproveitar as eleições burguesas para divulgar as ideias mais relevantes aos operários e assalariados em geral: a importância das reivindicações mais sentidas, como

salário, emprego, acesso à terra, etc.; a crítica às eleições, ao parlamento, à Justiça Burguesa, etc.; a defesa das formas de luta próprias das massas (mobilizações, greves, bloqueios de avenidas, etc.); e, fundamentalmente, a estratégia para a real conquista das necessidades mais sentidas e tarefas democráticas pendentes, ou seja, a defesa da revolução proletária, que no Brasil seria a constituição do Governo Operário e Camponês. ●



Privatismo e entreguismo correm à solta pela responsabilidade e traições das direções sindicais

É com a luta de classes e direções revolucionárias que se derrotarão os governos e se reestatizarão todas as empresas privatizadas, sob controle operário

No dia 23/07, foi finalizada a entrega da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) a empresas privadas. O ato foi realizado na B3 (antiga Bovespa), pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, em uma festa do capital estrangeiro, e uma derrota para os trabalhadores e a população, que viram rifada uma empresa pública com monopólio natural de um importante serviço público, e que terá consequências imediatas na qualidade e condições de vida dos explorados e oprimidos.

Cinco meses antes, no dia 29/02, foram leiloadas as Linhas 7 da CPTM e o Trem Intercidades, que serão operadas por “capitais mistos” (estatais e privados, nacionais e estrangeiros). A privatização dos transportes metroviários é outra uma entrega de importantes “monopólios naturais” à exploração capitalista. Assim como ocorre com a Sabesp, se garantem volumosos lucros aos “empresários” com o aumento de tarifas e exploração de infraestrutura já existente, e, além disso, se lhes garante que o estado “compensará” (via subsídios e injeção de capitais) qualquer “variável de custos” que possam levar a uma redução dos lucros esperados. Após as privatizações das linhas 7, 8 e 9 da CPTM, bem como da linha amarela do metrô, a privatização de toda a rede é apenas questão de tempo.

AS PRIVATIZAÇÕES NÃO OFERECEM QUALQUER RISCO OU CUSTO ELEVADO AOS CAPITALISTAS

As privatizações nunca se orientam a resolver “problemas financeiros” ou de “déficits” das empresas estatais. “No caso da Sabesp, os lucros foram de R\$ 2,47 bilhões. Como demonstra também o exemplo dos Correios, as privatizações são medidas jurídicas que visam a favorecer os grandes capitalistas, de forma que abocanhem lucros monopolistas, tomando posse e controle privado de monopólios naturais, que abarcam centenas de milhões de clientes cativos, que são obrigados a pagar preços abusivos, como comprovaram as privatizações da energia e refinarias de petróleo”. (O Internacionalista nº8, setembro de 2023). Quanto ao “poder de compra” de um capital inicial, ele aumenta ao reduzir o valor das ações, exigindo um investimento menor que o correspondente valor de mercado, os ativos e os lucros já garantidos pelo preço das tarifas. Outra parte dos “investimentos” são “doados de graça” pelo Fundo de Apoio à Universalização dos Serviços de Água e Esgoto de São Paulo/FAUSP, que concede 30% dos R\$ 4,4 bilhões arrecadados pela venda. Entra também, na “contabilidade” das empresas, a elevação das ações no mercado na pós-venda, injetando assim novos capitais (mais-valia) às operações iniciais.

A privatização da Sabesp foi realizada sem “concorrência”, como aconteceu com a privatização das Linha 7 e

do Trem Intercidades. De fato, as privatizações em SP têm sempre um ganhador já determinado. Os capitalistas negociam como dividem as empresas públicas e a exploração dos diferentes mercados cativos. Os governos negociam com cada fração burguesa as retribuições (financiamento de campanhas, apoio político para candidaturas, participação privada na terceirização de serviços, etc.) que serão garantidas aos parlamentares, funcionários e partidos encarregados de preparar e aprovar as privatizações. Isso explica porque sempre são “leiloados” serviços lucrativos, com garantias jurídicas (fixação de preços monopolistas), e investimentos já realizados pelo estado (custos iniciais baixos ou nulos).

CAPITALISTAS PREPARARAM PRIVATIZAÇÃO DA SABESP DE DENTRO DA EMPRESA E DO GOVERNO

A venda das ações do Estado na empresa, passando do controle majoritário de 51%, para deter uma minoria de 18%, foi feita abaixo do “valor de mercado” cotizado até então. Isso significou um prejuízo de R\$ 4,5 bilhões para os cofres públicos, como uma aquisição vantajosa para os capitais privados.

A Equatorial Energia – especializada no transporte de energia – abocanhava 15% das ações vendidas pelo Estado, enquanto 17% foi dividido entre fundos de investimentos estrangeiros e nacionais. A chegada da empresa

Equatorial foi preparada de dentro do Estado, uma vez que a atual presidente da Sabesp, Karla Betorcco, ocupou um cargo executivo na Equatorial, antes de ser designada pelo governo estadual para dirigir a empresa. Assim, os capitalistas puderam usufruir diretamente da estrutura do governo e da empresa pública para direcionar a venda para uma empresa “pré-escolhida”.

Após vencer uma licitação de compra da estatal de água e esgoto do Rio Grande do Sul, a Equatorial fez uma “reestruturação interna”, demitindo funcionários, precarizando o trabalho, reduzindo custos operacionais e investimentos, sem qualquer melhoria do serviço. Pelo contrário, o serviço piorou (apagões, quedas etc.), e as tarifas se elevaram sem qualquer “contrapartida” aos usuários. Na Sabesp, se realizará um “plano de negócios” semelhante, com demissões, PDVs, terceirização de serviços, etc.

—

...

A troca de votos por privatizações complementa o quadro de traições das burocracias reformistas e governistas (...)

A VITÓRIA POLÍTICA DE TARCÍSIO FOI GARANTIDA PELAS TRAIÇÕES DAS DIREÇÕES SINDICAIS

A privatização da Sabesp ocorreu como um simples trâmite legal e jurídico, porque não enfrentou resistência organizada pelos assalariados e a população. Está claro que “Tarcísio sai vitorioso, graças ao servilismo democratizante das direções sindicais e políticas. Não teve de enfrentar a revolta dos trabalhadores, porque o sindicato não fez nada para organizá-los a frear as privatizações com sua força coletiva.” (O Internacionalista nº 13, março de 2024). Após a greve geral unificada da Sabesp, CPTM e Metrô, de 3 de setembro do ano passado, que indicou uma tendência de luta geral das bases e de sua radicalização, as direções sindicais ligadas ao governismo (PCdoB/CTB-Sintaema, Solidariedade/CPTM e correntes do PSOL-PT/metroviários) e ao morenismo (PSTU/minoria em metroviários), se afundaram na luta institucional, correndo atrás de um plesbício, e depois das bancadas parlamentares, para “convencer” os

deputados, e também de uma judicialização, o que significou enterrar a luta de classes e favorecer que governo Tarcísio impusesse as privatizações sem qualquer resistência unitária, organizada e radicalizada.

O eleitoralismo já estava em pleno andamento, desde a primeira reunião de 2024, no Sindicato dos Ferroviários, que demagogicamente chamava a “retomada” da greve do ano anterior, mas se recusou a organizar um “calendário” de lutas grevistas e mobilizações unitárias a partir da base. Em troca, apresentou-se um “calendário” de atos e manifestações de direções e correntes orientadas a convencer os deputados, a correr atrás de medidas judiciais, de “dialogar” com a população, etc. Seu objetivo principal era evitar greves e ações de massas que fariam chocar os burocratas com setores da população, aos quais pretendem dirigir-se nas eleições municipais, para conquistar mais votos para as candidaturas da frente ampla burguesa de Lula/Alckmin e, assim, “derrotar Tarcísio”.

A troca de votos por privatizações complementa o quadro de traições das burocracias reformistas e governistas, que também trocam o sangue palestino por votos ao se negarem a organizar a luta e a força coletiva dos trabalhadores para impor ao governo a imediata ruptura de relações do Brasil com Israel.

A REESTATIZAÇÃO DAS EMPRESAS PRIVATIZADAS EXIGE UMA LUTA E DIREÇÃO REVOLUCIONÁRIAS

Mostrou-se válida a afirmação de que “Ainda que tenha sido Tarcísio que baixou o martelo no leilão, foram os burocratas que, com sua passividade e servilismo democratizante à disputa parlamentar e à farsa da judicialização, entregaram os trabalhadores de mãos atadas para a futura terceirização, desemprego e redução de salários, como aliás já se verifica com as linhas de trens entregues aos amigos dos governos”. (O Internacionalista nº 13, março de 2024). Visitas a parlamentares, audiências, atos esvaziados foram decisões da política eleitoral e democratizante, que levou à derrota dos trabalhadores e à privatização das empresas. Dito claramente: “quando se abre mão da luta de classes ao redor das reivindicações mais sentidas, se abre o caminho para os ataques direitistas da

burguesia e seus governos, de direita ou de esquerda”. (O Internacionalista nº 12, fevereiro de 2024).

Diferentemente, “somente os trabalhadores do setor e o conjunto da população assalariada, que dependem dos serviços ameaçados de privatização, podem assumir com suas próprias mãos e métodos de luta em defesa do caráter público e estatal dos serviços públicos essenciais”. (O Internacionalista nº 12, fevereiro de 2024). Entretanto, os burocratas insistem que, derrotando eleitoralmente Tarcísio, se poderá dar uma virada no privatismo. Essa falsificação é um prato requentado de outra mentira: para se revogarem as reformas e direitos perdidos, se devia derrotar Bolsonaro. Esse foi derrotado e as contrarreformas são ampliadas pelo governo Lula (Reforma Administrativa, Teto de Gastos, etc.) e o privatismo e desestatizações avançam (Petrobrás, Avibras, EMBRAER, etc.). Também permanece a mesma a política da burocracia sob o governo de Bolsonaro e de Lula: abortar greves, impedir manifestações radicalizadas, negociar nos parlamentos, medidas judiciais inócuas, e manter a conciliação de classes.

É por isso que “As bases precisam ultrapassar suas direções, se quiserem derrotar seus inimigos de classe, e derrotar a ofensiva privatizante. Enquanto não o fizerem, continuarão a se impor a colaboração de classes e os métodos da democracia burguesa, que favorecem os capitalistas e seus governos”. (O Internacionalista nº 8, setembro de 2023). Esse prognóstico se confirma com cada nova traição, e deixa claro que não existem “equivocos” da burocracia: ela é um agente da política burguesa no interior dos sindicatos. Portanto, a derrota do governo e a reestatização das empresas privatizadas serão resultado da luta coletiva organizada, e com os métodos da ação direta de massas, sobre a base da mais ampla democracia operária, o que as levará a chocar com suas direções pelegas e traidoras. Para impulsionar as tendências de luta e ajudar a que os interesses dos trabalhadores se imponham e derrotem a burguesia e seus governos, é preciso construir as frações classistas e revolucionárias para enfrentar e expulsar os burocratas de direita e esquerda que são obstáculos à defesa da vida e direitos dos explorados. ●

2ª Escola de Quadros no Litoral Norte – Formação Sindical

Nos dias 27 e 28 de julho, ocorreu a segunda Escola de Quadros do Litoral Norte, do PPRI. O tema escolhido foi a discussão sobre a intervenção revolucionária nos sindicatos, que abrangeu extratos de Leon Trotsky, de 1931: “A questão da Unidade Sindical” e “Os erros dos elementos direitistas da Liga Comunista sobre a questão sindical”; e também o texto “Para o trabalho revolucionário nos sindicatos e demais organizações de massas”. No primeiro dia, a apresentação do tema, discussão em grupos e plenária final foram centrados nas questões da independência de classe do partido como condição para a unidade sindical; a unidade frentista nos sindicatos e para ações concretas e determinadas; a necessidade de concessões que não contradigam o programa para efetivar frentes; as bandeiras não devem ser ínfimas demais ou fantásticas demais, porque nos dois casos não haverá mobilização imediata para defendê-la; a frente única é um meio para separar os explorados das direções reformistas; é preciso combinar a luta pelas reformas à luta pela revolução; a unidade sindical não é um fetiche, mas em geral são as burocracias que dividem “por cima” os sindicatos, e os revolucionários somente estão pela cisão quando as massas o exigem; a unidade sindical depende da liberdade de crítica diante da aplicação das decisões da maioria.

No segundo dia, iniciamos com a discussão do 2º texto de Trotsky, que nos mostra que são as reivindicações e linha política corretas que podem ajudar as massas a darem um passo concreto no sentido de sua libertação. E essas bandeiras e linha vêm das próprias contradições objetivas do capitalismo, não são uma inven-

“

...

Não existe uma receita pronta para a intervenção sindical revolucionária, mas há sim princípios e métodos básicos que são decorrentes da experiência histórica da luta de classes. Alguns dos pontos discutidos foram a assembleia e sua democracia e soberania como instrumento de mobilização, discussão, decisão e ação; a interdependência entre a luta pelas reivindicações, a democracia operária e a independência de classe; e como defender a unidade de ação sem fetichismo organizativo.

ção. A política de bastidores, do acobertamento, da renúncia de si mesmo, do silêncio, de se adaptar a consignas alheias, conduz finalmente a posições oportunistas. A partir dos erros cometidos, é preciso elevar a consciência coletiva dos movimentos. Também

é fundamental que toda vez que falemos na frente única nos pronunciemos em nome do partido revolucionário, sem aceitar qualquer censura. A crítica e autocrítica dos erros nossos e dos nossos aliados é condição elementar para seguirmos adiante na unidade frentista.

O 3º texto foi uma tentativa de esboçar como se dá concretamente a ação revolucionária nos sindicatos. A cada elemento que se apresentou, indicaram-se as suas bases históricas e políticas. Não existe uma receita pronta para a intervenção sindical revolucionária, mas há sim princípios e métodos básicos que são decorrentes da experiência histórica da luta de classes. Alguns dos pontos discutidos foram a assembleia e sua democracia e soberania como instrumento de mobilização, discussão, decisão e ação; a interdependência entre a luta pelas reivindicações, a democracia operária e a independência de classe; e como defender a unidade de ação sem fetichismo organizativo.

Ao final dos debates, houve uma avaliação coletiva muito positiva dos participantes e indicações de como melhorar o texto sobre a ação revolucionária nos sindicatos, com adendos de pontos e aspectos. ●

FOLHETO

**Balanço das
ELEIÇÕES
de 2023 da
APEOESP**

Adquirir com nossos militantes!

FOLHETO

**A luta pela
INDEPENDÊNCIA
DE CLASSE**
NOS SINDICATOS DE PROFESSORES
estaduais e municipais

Adquirir com nossos militantes!

UNIDADE CLASSISTA, COMBATIVA E INDEPENDENTE

Boletim distribuído nas escolas no começo do segundo semestre de 2024

ESCOLA CÍVICO-MILITAR**Programa de repressão e desmonte da escola pública.**

Durante os dias 1º a 15 de agosto, as comunidades escolares estarão manifestando sua adesão ao Programa de Escolas Cívico-militares. Publicado no dia 18 de julho de 2024, o edital regulamenta como se dará a segunda etapa do projeto, que intensifica e aprofunda a destruição da escola pública Estadual. A Lei Complementar Estadual nº1.398, editada em 28 de maio deste ano, destina-se à militarização das escolas civis públicas estaduais e municipais, que integram a Rede de Ensino de Educação Básica do Estado de São Paulo. Esta é mais uma medida de ataque do governo Tarcísio, que dá continuidade ao sucateamento e destruição dos serviços públicos. Como se não bastassem os mais de 40 mil professores categoria O demitidos, a platformização impulsionada pelos capitalistas da educação, a implementação e expansão do PEI, agora, Tarcísio/Feder aprofundam a repressão dentro dos espaços escolares, dando sequência ao seu projeto de escola-quartel, trazendo seu braço truculento e repressivo aos locais onde o livre desenvolvimento do conhecimento científico deveria ser promovido, um prelúdio de maior controle e cerceamento das liberdades, tanto dos estudantes quanto dos docentes.

Sob a falsa bandeira de “segurança, disciplina e civismo”, policiais-militares da reserva adentrarão o espaço escolar. Treinados para atacar e violentar a juventude empobrecida das periferias, não trarão solução ao problema da violência, abandono e a falência do ensino. Este pretexto é usado pelos governos burgueses para armarem seus discursos, visando à “solução”, o que na prática não passam de desculpas para desferir seus ataques, pois, o estado capitalista é incapaz de dar respostas aos problemas que nascem de suas próprias contradições.

Os partidos ditos de esquerda, centrados em suas campanhas eleitorais, tomam essa bandeira para si como uma pauta eleitoreira. Não tratando do cerne da questão, voltam à falácia do combate à extrema-direita, e ludibriam as bases, apontando as urnas como solução, bem como colocam a inconstitucionalidade do Projeto e o acionamento do Ministério Público como resposta a mais um ataque do governo fascizante de Tarcísio, não convocam as bases, não organizam a luta nas ruas para enfrentar mais esse ataque.

A direção sindical da APEOESP tem a obrigação de convocar uma luta real contra o projeto de escola cívico-militar. É necessário chamar uma assembleia, e erguer uma campanha com ações diretas, para impedir o avanço do programa já em fase de votação (consulta popular). Durante o primeiro semestre de 2024, a direção burocrática da APEOESP, bem como a Oposição Combativa, traíram a categoria, ao não utilizarem a disposição de luta das bases, não chamando à greve. Negaram-se a canalizar a insatisfação da categoria diante do desemprego, arrocho salarial, perseguições, assédios, desgaste físico e emocional diante da platformização e demais ataques desferidos,

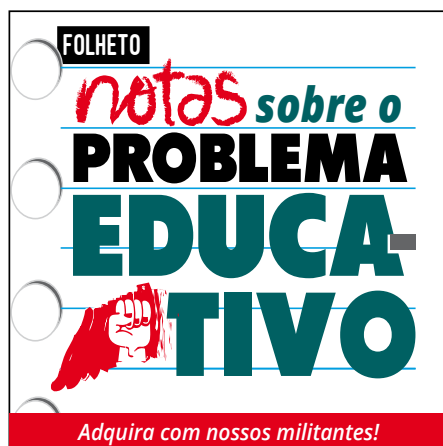
para erguer a luta coletiva através dos métodos de ação direta.

Partidos eleitoralistas e direções sindicais fogem ao debate de que a implementação das Escolas Cívico-militares representa demissão, portanto a defesa da Escola Pública e o combate a esse Programa não deve estar dissociado da defesa dos empregos e salários dignos, da estabilidade e efetivação dos profissionais da educação, sem concurso público, do combate ao Novo Ensino Médio, que precariza e aprofunda as relações de trabalho e estudo, a defesa das liberdades – principalmente a de cátedra, a manutenção do espaço escolar como um local de livre desenvolvimento do conhecimento, neste sentido, ser contra o Programa de Escola Cívico-militar representa a defesa das condições de trabalho, estudo e a vida da juventude, com os métodos próprios da classe operária, assembleias, paralisações, convocação de lutas nacionais e greves. ●

Pela imediata convocação de uma assembleia, para derrotar o projeto cívico militar, em defesa da estabilidade/efetivação dos professores temporários e dos empregos, salários e direitos.

Por uma ampla campanha estadual contra o projeto de escola cívico militar, debater o que significa a violência policial dentro das escolas vinculados ao desmonte da educação pública.

Por uma escola científica, regular, de três turnos e com EJA.



A política democratizante é contrária ao objetivo de abrir caminho à luta de massas para impor o governo que rompa todas as relações com Israel

No dia 03/08, foi realizado mais um ato em SP convocado como parte do “chamado global” impulsionado pela resistência e organizações palestinas pelo cessar-fogo e a imediata libertação dos presos palestinos. Uns dias antes do ato, foi assassinado Ismail Haniyeh, chefe do birô político do Hamas e responsável dessa organização pelas negociações do cessar-fogo e a libertação de presos palestinos. Haniyeh também tinha impulsionado o “chamado global” para construir a solidariedade ativa das massas mundiais para obrigar o sionismo a respeitar os acordos e à libertação dos prisioneiros que definham e são dizimados nos cárceres israelenses por meio de torturas, estupro e doenças e fome.

O ato foi realizado logo após ato de 28/07, o que sem dúvida prejudicou sua convocatória ampla nos locais de estudo e trabalho. Entretanto, o agravamento do genocídio, a destruição física dos prisioneiros palestinos e a declaração de guerra do sionismo contra Irã e os todos movimentos que lutam contra o genocídio, assassinando Haniyeh e Fuad Shukr (comandante do Hezbollah), exigiam um esforço redobrado para construir uma grande ação política de denúncia e protesto. Mas, apenas conseguiu reunir dezenas de militantes e membros da comunidade Palestina, enquanto partidos e organizações governistas (petistas e aliados) que têm exigido e proposto mobilizações estiveram ausentes.

A priorização de atos simbólicos que passam a servir às campanhas democratizantes dos partidos afundados no eleitoralismo, a realização de atos em locais isolados e esvaziados subordinados ao calendário dos lançamentos das campanhas eleitorais partidárias, assim como a priorização de uma política voltada a elaboração de petições e cartas a instituições e não ao governo, tem mostrado uma crescente influência da política governista na Frente Palestina de São Paulo/FPSP. Objetiva-se impor um desvio da crítica ao governo para a focar nas instituições, “separando” o presidente das instituições

que lhe são subordinadas, o que acaba acobertando a cumplicidade com o genocídio ao continuarem em pé todos os acordos entre Brasil e Israel. E especialmente acobertando a demagogia de Lula e a inação dos sindicatos e movimentos governistas (que se negam a mobilizar e radicalizar as bases para impor ao governo a ruptura de todos esses acordos) de não assustar votantes da direita para ganhar de Nunes.

O PPRI denunciou em sua fala essa subordinação e convocou às organizações e à FPSP a cumprir a única tarefa que pode obrigar o governo a tomar me-

didadas práticas: organizar as massas e a classe operária para as ações coletivas que possam impor ao governo medidas necessárias para ajudar a frear o genocídio. O que entra em choque com a política democratizante de arrebatar votos e de usar os movimentos e as bases de trampolim eleitoral. Somente a intervenção ativa e radicalizada das massas poderá superar as manobras eleitoreiras e cálculos aparelhistas, e abrir uma via para que se tomem em nosso país medidas que ajudem aos palestinos a frear o genocídio e a derrotar o sionismo. ●

Fala do PPRI no ato de 03/08

Nos últimos dias, em particular, caiu a máscara da proposta de paz lançada pelo Joe Biden. Porque há algumas semanas ele apresentou uma proposta com várias etapas, que seria negociada supostamente entre Israel e Hamas, para chegar a um cessar-fogo e uma paz duradoura em Gaza.

Mas, ao mesmo tempo em que negociava esse acordo, Israel bombardeava campos de refugiados para onde ele mesmo tinha mandado ir com garantias de que não haveria bombardeios, que não haveria ataques, que as pessoas teriam segurança. E não entanto, centenas foram assassinados pelos ataques israelenses sionistas.

Nessa semana, Israel atacou a capital do Líbano. A capital do Líbano! Vocês acham que há duas ou três décadas atrás isso não seria encarado como uma declaração de guerra? Logo a seguir, com autorização direta dos Estados Unidos detonou as bombas que mataram Ismail [Haniyeh]. Mataram aquele que era responsável direto para fazer as negociações do “suposto” acordo de paz que os EUA apresentaram. Uma farsa! Uma manobra para enganar as pessoas do mundo todo. Porque no mundo todo as massas oprimidas têm uma posição: estão ao lado da Palestina, não querem o sionismo, rejeitam o sionismo! Defendem a vida dos palestinos nas manifestações, apesar da maioria esmagadora de seus governos continuar alimentando o sistema vascular do

sionismo com acordos, com comércio, com compras, com vendas, com tudo o que vocês podem se imaginar. Demagogia! Hipocrisia!

Não vai haver paz em Gaza pelas mãos dos governos da burguesia! Não vai haver paz em Gaza pela via diplomática! A paz em Gaza depende da luta das massas, da luta do proletariado mundial contra o imperialismo em toda parte. É tarefa do proletariado mundial derrotar o imperialismo seja em Gaza, seja em Cisjordânia, seja em todo Oriente Médio, seja na Venezuela, seja na Ucrânia. É preciso derrotar o imperialismo em toda parte. O imperialismo quer a guerra. O imperialismo quer a guerra porque ele quer destruir as forças produtivas para voltar à situação pós-Segunda Guerra mundial onde eles podem recompor as forças produtivas e ganhar com isso. Eles estão pela destruição!

As massas do mundo é que estão por uma saída progressiva para a situação. As massas do mundo é que estão por uma saída de pôr fim ao genocídio e às guerras. Nos temos que fazer parte desse movimento, nós já somos aqui. Mas, é preciso aprofundar isso. Nós temos que lutar e exigir do governo Lula que rompa todas as relações com Israel. Nós temos que levantar bem alto que não aceitamos o assassinato das lideranças e as prisões dos líderes palestinos. ●

Abaixo o imperialismo em toda parte! Viva Ismail Haniyeh!

A retomada de atos de rua é um avanço, mas a política eleitoreira impede o movimento de dar um salto na luta de classes, e assim impor aos governos as reivindicações

O ato de 28/07 marchou sob as bandeiras de “Cessar-fogo já!”, “Fim do genocídio” e “Ruptura de todos os acordos entre Brasil e Israel”. Retomar as ações massivas de ruas foi sem dúvida um avanço, perante dois meses de “atos simbólicos” (dois na frente do Comando do II Exército) ou esvaziados e em locais afastados da população (na praça Palestina). Essa retomada foi defendida repetidamente pelo PPRI nas reuniões da Frente Palestina, uma vez que “As manifestações de rua têm grande importância, porque projetam o movimento ao conjunto da população assalariada, e pressionam o governo a tomar as medidas necessárias” (Manifesto do PPRI de 28/07).

Embora todas as ações sejam importantes para manter vigente a luta contra o genocídio, não há como impor ao governo a ruptura das relações com Israel sem recorrer à organização e mobilização dos sindicatos e dos assalariados em seus locais de trabalho, sem os convocar a realizar medidas de ação direta (ocupações de fábricas de armamentos ou indústrias ligadas à produção e compra de armas e maquinaria de Israel, bloqueios de portos para impedir a exportação de petróleo e outras matérias-primas, assim como importação de armas, boicote a empresas sionistas ou ligadas a Israel, ocupações de universidades para impor o encer-

ramento de acordos acadêmicos com instituições e centros de pesquisa israelenses, etc.) que afetem diretamente os interesses do sionismo e, assim, obriquem o governo a passar da retórica “humanitária” inconsequente para as medidas concretas de embargo.

As bandeiras erguidas correspondem à necessidade objetiva da luta de classes. Mas, sendo submetidas aos interesses eleitorais e democratizantes das correntes e partidos que dirigem o movimento, acabam servindo fatalmente à política burguesa, de desviar as massas por trás das promessas eleitorais e das combinações parlamentares, enquanto continuam em pé os acordos e negócios que financiam e sustentam o genocídio. A visita de Netanyahu aos EUA e a impunidade oferecida pela França à delegação olímpica israelense mostram que as democracias burguesas protegem e acobertam o estado terrorista e seus genocidas, apesar de que, em ambos os países, existem movimentos massivos e unitários contra o genocídio e a cumplicidade de seus governos com Israel. E isso acontece porque suas direções políticas e sindicais ditas de esquerda se negam a projetar a luta de classes e, como fazem os reformistas e centristas aqui no Brasil, convocam as massas a votar e não para lutar até derrubar os acordos e impor com a força coletiva a

ruptura total com Israel aos governos.

Essa política democratizante é a verdadeira responsável pelo recuo dos atos e paralisa dos oprimidos. A maioria dos que falaram no dia 28/07 o fizeram com sua condição de pré-candidatos, usando o ato para fazer campanha eleitoral. Entretanto, as massas no mundo inteiro se colocam contra o genocídio e os opressores dos povos oprimidos. Mas, suas direções sindicais e políticas se negam a organizá-las para transformar a raiva em ação direta de massas, orientada a afetar o sionismo e os governos, porque estão atreladas aos interesses aparelhistas e eleitorais e, no Brasil, subordinadas em sua maioria ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, que mantém todos os acordos com Israel.

Esse antagonismo entre os interesses da luta de classes e dos aparelhos eleitoreiros deveria ser exposto no ato. Sabemos que os governos burgueses, todos eles, são hipócritas. Mas, não se deve tolerar que a vanguarda também seja. Quem evita organizar os explorados contra o governo ou pronuncia discursos abstratos, e chama a travar uma “luta revolucionária nas eleições”, só oferece uma saída inócua a um problema que somente é possível resolver com a luta de classes.

É isso que defendeu o PPRI no seu Manifesto e na fala do ato, que reproduzimos na sequência. ●

Fala do PPRI no ato de 28/07

Companheiras e companheiros,

Eu queria colcoar aqui, que já estão se cumprindo 10 meses desde que começou a ofensiva genocida sionista sobre Gaza. O importante a ser dito hoje são duas questões.

A primeira delas: todas as democracias do mundo inteiro e todos os governos dessas democracias burguesas do mundo inteiro, de uma forma ou outra têm protegido, aplaudido e impulsionado o genocídio em Gaza.

Netanyahu falou e foi aplaudido 59 vezes de pé no Congresso dos EUA. Ele diz duas coisas que dizem respeito à luta que aqui nós temos. Primeiro, “quase nenhum civil foi morto em Gaza”. Isso significa que o que falou um ministro israelense de que “não há inocentes em Gaza”, significa concretamente a exposição de que o sionismo está pela limpeza étnica, pela expulsão, pelo extermínio e pela pose de

toda a Palestina.

Segundo, na França o governo e os partidos franceses aclamaram e receberam uma delegação [israelense, NE] onde muitos dos atletas são militares, na ativa ou na reserva, participaram de massacres, repressão, pogroms, expulsão de palestinos de suas terras e suas casas.

Enquanto essas democracias e governos burgueses festeja, aplaudem e protegem o sionismo, é a luta das massas com seus próprios métodos que pode chegar a dar um passo efetivo contra o genocídio. Todos os governos burgueses, sem exceção, de uma forma ou outra estão apoiando esse genocídio. Somente as massas, reivindicando com seus próprios métodos, fechando fábricas, ocupando portos, atacando os interesses sionistas em nosso país, são capazes de

traduzir sua denúncia e suas palavras de ordem em ações. Os governos não farão!

Somente as massas, mobilizando com seus próprios métodos, sob a bandeira da Palestina livre e socialista do rio ao mar, lutando pelas suas reivindicações, imporá a esse governo e a todos os candidatos, que não dizem nenhuma palavra sobre Palestina, medidas concretas! E somente dando esse passo, cumprindo essa tarefa concreta de mobilizar as massas que superem suas direções conciliadoras, suas direções que não fazem nada, e através de assembleias, plenárias, qualquer coisa que seja, reivindiquem a luta nas ruas, a luta nas fábricas, para ajudar na derrota do sionismo e do imperialismo. Assim daremos um passo concreto na luta revolucionária e pela Palestina socialista, livre do rio ao mar. ●

AS DEMOCRACIAS E OS GOVERNOS BURGUESES SERVEM DE INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO E FINANCIAMENTO DO GENOCÍDIO PALESTINO.

O Imperialismo prossegue com o genocídio! É com a ação direta e força coletiva das massas organizadas sob o objetivo atacar as bases do sionismo e do imperialismo que se imporão aos governos o cessar-fogo imediato e o fim do genocídio!

Pela derrota do sionismo/imperialismo na Palestina!

Manifesto PPRI - 28 de julho de 2024

Em 7 de agosto, cumprem-se 10 meses de genocídio palestino em Gaza. Segundo a revista Lancet, estima-se que os palestinos assassinados (direta ou indiretamente) nos últimos dez meses sejam mais de 186 mil – 70% são crianças e mulheres. Essa carnificina televisada abertamente aos olhos do mundo é a nova fase da Nakba (catástrofe), que começou há 76 anos e que é marcada pelos massacres e expulsão de palestinos, dia após dia.

N Netanyahu foi aplaudido de pé no Congresso dos EUA. Caracterizou cinicamente o genocídio como se fosse uma obra civilizatória comum das “democracias ocidentais” e de Israel. Disse ainda que “Não há inocentes em Gaza”. Enquanto discursava nos EUA, colonos israelenses realizavam pogroms contra palestinos, para expulsá-los de suas casas e terras, e assim dar mais um passo na colonização da Palestina. Dias antes de sua viagem, o Parlamento israelense (Knesset) aprovou quase unanimemente que Israel não reconhecerá (nem discutirá) o direito dos palestinos a terem seu estado.

As resoluções aprovadas e as palavras aplaudidas nessas “democracias” têm um objetivo comum: a limpeza étnica da Palestina, a “solução final” do sionismo para estender o estado artificial de Israel para todo o território palestino, além de fortalecer o enclave militar imperialista, imposto de fora para dentro, para controlar todo o Oriente Médio e, assim, usufruir das riquezas e territórios em favor dos capitalistas imperialistas.

A defesa do holocausto palestino no Congresso dos EUA se junta à impunidade que o governo e a burguesia imperialista francesas garantem à delegação israelense nas olimpíadas. Muitos dos “atletas” desse país são ou foram soldados (em serviço ou da reserva), que participaram em alguma medida de massacres, torturas, pogroms, expulsões e torturas arbitrárias contra palestinos. Enquanto isso, media dúzia de atletas palestinos que concorreram aos jogos (300 foram massacrados pelo estado genocida) serão impedidos de manifestarem seu repúdio ao genocídio e seus opressores.

Em julho, no Brasil e em todo o mundo, contratos de compra ou entrega de armas foram realizados; barcos com produtos ou matérias-primas foram para Israel; e as embaixadas sionistas continuam livres e impunes para fazerem sua campanha terrorista contra os palestinos e suas famílias. A Corte Internacional de Justiça/CIJ resolveu reconhecer o genocídio, acusa Israel e seus governantes de crimes de guerra, exige a devolução dos territórios ocupados e um cessar-fogo imediato. Mas, a continuidade do holocausto palestino e a impunidade dos genocidas para agirem é garantida pelas democracias e os governos burgueses de todo o mundo. Ainda que muitos reconheçam o genocídio em palavras, ou o direito dos palestinos a terem seu estado, todos eles, em maior ou menor medida, continuam financiando e enviando/comprando armamentos que engraxam a maquinaria sionista de extermínio, que truca vidas palestinas a cada hora. As democracias burguesas

se mostram em toda parte como servis instrumentos da burguesia que institucionaliza o genocídio e o financia, e aplaudem e protegem seus responsáveis.

Todos os partidos burgueses estão com as mãos sujas com essa política de ocultamento, silenciamento e negociação com o estado genocida de Israel. Isso se verifica ainda com os candidatos da frente ampla burguesa e da direita, aliados ao governo de Lula/Alckmin, que concorrem às eleições municipais, mas se silenciam sobre a Palestina, procurando atrair apoio financeiro e votos de apoiadores de Israel e dos direitistas. Calam-se, para que continuem chegando as contribuições milionárias a suas campanhas, a partir de poderosas empresas defensoras do sionismo, e que fazem negócios bilionários com a permanência das relações entre Brasil e Israel. É a partir dessa concepção capituladora que se questiona aquilo com que se deve ou não romper com Israel, o que significa a troca das vidas palestinas por interesses eleitorais e comerciais.

Somente os explorados podem denunciar e combater o genocídio, transformando suas palavras de ordem em ações e solidariedade concretas. Somente a irrupção das massas sob um plano de ação unitária e nacional (paralisando fábricas e portos, interrompendo o envio de armas, etc.) permitirá que se dê um passo pela derrota do sionismo/imperialismo.

A tarefa imediata colocada é a de impor aos governos e aos candidatos que se rompam todas as relações existentes com Israel, se expulsem seus diplomatas, e que as massas operárias realizem assembleias e manifestações, ocupem portos e avenidas, paralise fábricas e bloqueiem envios ou compras de armamentos, petróleo e tecnologia israelense, etc. As manifestações de rua têm grande importância, porque projetam o movimento para o conjunto da população assalariada, e pressionam o governo a tomar as medidas necessárias.

A luta de classes não deve descansar nenhum minuto, enquanto bombas e balas continuam massacrando palestinos. É com essa orientação que a vanguarda e movimentos darão um passo para ajudar os explorados a romperem com a paralisia e silêncio cúmplice de suas direções políticas ou sindicais. Mas, também com suas ilusões nos partidos eleitorais, que subordinam a luta contra o genocídio aos cálculos e alianças eleitorais.

É avançando na luta de classes que se abrirá uma via para que a estratégia revolucionária se unifique às tendências de luta das massas, criando condições para os explorados avançarem no caminho da estratégia e programa da revolução socialista por toda parte. ●

Cessar fogo imediato e incondicional em Gaza!

Fora o sionismo e o imperialismo da Palestina e de todo o Oriente Médio! Palestina Livre do Rio ao Mar!

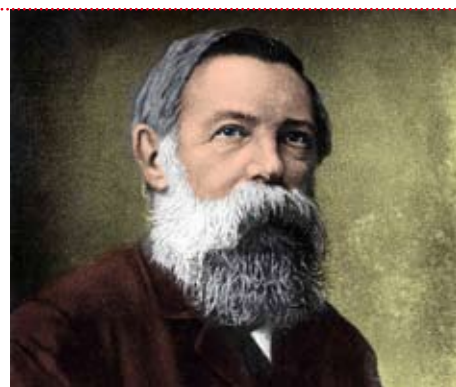
Fim do Estado de Israel! Por uma república soviética palestina! Por uma federação de estados socialistas no Oriente Médio!

5 de agosto de 1895**Morre Friedrich Engels**

No dia 5 de agosto de 1895, morreu Friedrich Engels. O nome de Engels está inscrito junto ao de Marx como fundadores das bases filosóficas, teóricas, principistas, programáticas e táticas das leis da revolução proletária. Os dois gigantes uniram a teoria à prática da luta de classes do proletariado, em um todo coerente, fazendo da revolução proletária uma ciência fundamentada em leis objetivas.

Segundo Lenin ("Friedrich Engels" - 1895), Engels e Marx ensinaram a classe operária "a conhecer-se e a tomar consciência de si mesma", ao verificarem que assim como "todos os fenômenos da natureza têm causas materiais, igualmente o desenvolvimento da sociedade humana é condicionado pelo desenvolvimento de forças materiais, as forças produtivas. Do desenvolvimento das forças produtivas dependem as relações que se estabelecem entre os homens no processo de produção dos objetos necessários à satisfação das necessi-

dades humanas". Estava aí porque "o socialismo não é uma invenção de sonhadores, mas o objetivo final e o resultado necessário do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade atual". E isso porque "Toda a história escrita até aos nossos dias é a história da luta de classes, a sucessão no domínio e nas vitórias de umas classes sociais sobre outras. E este estado de coisas continuará, enquanto não tiverem desaparecido as bases da luta de classes e do domínio de classe: a propriedade privada e a produção social anárquica". De forma que "Os interesses do proletariado exigem a destruição destas bases, contra as quais deve, pois, ser orientada a luta de classes consciente dos operários organizados". Em 1848, redigiram o "Manifesto Comunista" que, como assinala Lênin, "inspira e anima até hoje todo o proletariado organizado e combatente do mundo civilizado", além de estabelecer as bases da luta política do proletariado como classe independente.



Engels foi também um brilhante polemista, um destacado estudioso da realidade histórica e precursor da aplicação do materialismo-dialético ao desenvolvimento das sociedades. Algumas de suas maiores contribuições são a aplicação da dialética materialista da lei social do desaparecimento do Estado e, junto de August Bebel, da explicação científica de que não haveria como acabar com a dupla opressão da mulher sem destruir o capitalismo e avançar na transição ao socialismo.

Engels foi um pilar ideológico e político da luta do proletariado pela sua emancipação de classe. E será sempre lembrado pela sua dedicação à construção da direção revolucionária da classe operária. ●

19 de agosto de 1934 / Hitler escolhido chanceler da Alemanha

A escolha de Hitler como chanceler alemão, no dia 19 de agosto de 1934, foi o ponto culminante do processo histórico de degenerescência da social-democracia e do Partido Comunista Alemão, sob direção do estalinismo contrarrevolucionário, precedido por ensaios fracassados de governos bonapartistas. A vitória de Hitler foi o produto da tendência de direitização da burguesia imperialista alemã e de seu objetivo de redividir a Europa pela força, visando assim a impor uma nova reorganização dos mercados mundiais, favorável ao capital financeiro e monopólios alemães. Esse objetivo implicava a guerra e, para isso, era necessária a destruição das organizações da classe operária por meios militares.

A posterior transformação da democracia alemã – que foi a mais avançada da Europa quando da República de Weimar – em uma ditadura burguesa monopolista, sob a forma de um regime de bonapartista burocrático-militar, mostrou de vez a completa decomposição da democracia burguesa e de suas instituições na época imperialista, que é a de desagregação do capitalismo. Demonstrou, mais uma vez, histórica e praticamente, que não há mais nenhuma possibilidade de reformas progressivas que emergem dela e, muito menos, usar a democracia e suas instituições para barrar o ascenso fascista.

Na situação em que, na Europa, nos EUA e também na

América Latina, a democracia burguesa está em aberta decomposição, e se abre caminho à vitória eleitoral e ascensão de governos francamente fascizantes, retomar a ilusão de derrotar a extrema direita pela via eleitoral e combinações parlamentares, levantada por reformistas e revisionistas, leva a repetir tragicamente as lições da história, que acabam por recair brutal e violentamente sobre as cabeças dos explorados e oprimidos.

Só um cego ou um cínico podem negar hoje que é justamente por meio da democracia burguesa que se prossegue na destruição de liberdades políticas e civis, se aparelha o Estado policial, se financiam a opressão nacional e os genocídios, ou crescem as tendências bélicas que afundam a humanidade na barbárie.

Mais uma vez, fica exposta a atualidade da política de Lênin e de Trotsky, de que é necessário derrotar a reação burguesa com a organização, o programa e os métodos próprios da luta de classes. Como alertou Trotsky no passado, a tarefa é também hoje recorrer à tática frentista construída sobre as reivindicações, métodos, táticas e estratégia revolucionárias do proletariado. Isso abre o caminho para se derrotar a extrema direita e as burguesias, no sentido da revolução social em cada país e no mundo. ●

20 de agosto de 1940

Trotsky é assassinado a mando de Stalin



Em agosto de 1940, Trotsky foi assassinado a mando de Stalin, em Coyoacán, México. O próprio Trotsky anunciou essa possibilidade, quando disse que Stalin “queria sua morte”, objetivando impedir a reorganização da vanguarda revolucionária, e qualquer ameaça à burocracia contrarrevolucionária. Sua morte foi um “presente” do estalinismo ao imperialismo, e teria como consequência a degeneração da direção revolucionária mundial, que se organizava ao redor da recém-criada IV Internacional.

Trotsky foi continuador da obra histórica e revolucionária de Marx-Engels-Lênin. Seu texto “O Programa de Transição” é uma obra fundamental para a reorganização da vanguarda com consciência de classe, e continuam vigentes a teoria, programa e táticas ali desenvolvidas, para reerguer a direção proletária mundial. Por sua vez, a organização da IV Internacional sobre as bases da experiência da luta de classes, dos métodos e programa bolcheviques, e da luta contra a burocracia, têm fundamental importância para reconstruir a direção revolucionária sobre sólidas bases principistas e práticas.

Diante da mais recente ofensiva imperialista contra as conquistas revolucionárias do proletariado (em especial, a indústria nacionalizada), e cujo epicentro hoje se manifesta ao redor da guerra na Ucrânia e da ofensiva sobre as fronteiras chinesas, a luta de Trotsky pela defesa dos Estados Operários – ainda que profundamente degenerados – é uma tarefa irrecusável dos

verdadeiros marxistas e bolcheviques, sem nunca apoiar politicamente a casta burocrática, nem seus métodos. Não há como retomar a revolução socialista mundial abandonando a defesa das conquistas revolucionárias do proletariado russo e o programa da revolução política. A crítica feroz e sistemática à burocracia herdeira do estalinismo que dirige hoje os estados russo e chinês, especialmente, cumpre um papel decisivo no programa dos revolucionários.

A bandeira da derrota militar do imperialismo na Ucrânia e defesa das anexações do Leste ucraniano pela Rússia são partes interligadas da defesa do estado operário degenerado russo contra o objetivo de sua destruição pelo imperialismo. O mesmo princípio levou Guillermo Lora a defender a invasão do Afeganistão em 1978, quando centristas e revisionistas (tal qual fazem hoje na Ucrânia exigindo a retirada das tropas russas) se colocaram pela derrota da URSS e, portanto, pela vitória imperialista.

A defesa da propriedade nacionalizada e a restauração do poder político

(...) a luta de Trotsky pela defesa dos Estados Operários - ainda que profundamente degenerados - é uma tarefa irrenunciável dos verdadeiros marxistas e bolcheviques, sem nunca apoiar politicamente a casta burocrática, nem seus métodos.

do proletariado pela revolução política são as únicas garantias históricas que permitem preservar as conquistas revolucionárias e abrir caminho à restauração da democracia proletária, bem como o avanço à revolução social por toda parte. Essa tarefa indicada por Trotsky mantém toda sua validade histórica e condiciona, inevitavelmente, a reconstrução marxista da IV Internacional na atualidade. ●

FOLHETO NOVO!

COMO É (DE FATO) a RUSSIA HOJE

A economia nacionalizada mantém as bases sociais e econômicas do Estado Operário Degenerado, apesar da burocracia contrarrevolucionária

Adquira com nossos militantes!

FOLHETO

Guillermo Lora e a Rússia EM DEFESA DAS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA

e da Revolução Política como parte da Revolução Mundial Socialista

Adquira com nossos militantes!



Sionismo/imperialismo assassinam Ismail Haniyeh

**Continuar e avançar na resistência contra os opressores!
Responder à guerra declarada pelos genocidas com a guerra
e insurreição das massas por todo Oriente Médio!**

Manifesto PPRI - 31 de julho de 2024

Na madrugada de quarta-feira, foi assassinado Ismail Haniyeh, chefe do politburo do Hamas (Movimento de Resistência Islâmica), em um ataque perpetrado em Teerã, capital do Irã. Haniyeh estava em visita oficial a convite do Irã para participar da cerimônia de posse de Masoud Pezeshkian, novo presidente eleito do país. O Hamas confirmou a morte de seu líder máximo, assinando que choram a morte de Haniya em “uma traiçoeira incursão sionista na sua residência em Teerã”.

Dias antes, os sionistas (com ajuda do imperialismo) realizaram um ataque em Beirute, capital do Líbano, para matar Fuad Shukur, comandante do Hezbollah e conselheiro sênior do chefe do movimento libanês, Hassan Nasrallah. Foram ainda assassinadas duas crianças e uma mulher. Na Síria, há três meses, atacaram a embaixada do Irã, assassinando um alto comandante do Corpo de Guardiões da Revolução desse país. Todos esses atos de violação da soberania nacional e esses crimes de guerra, cometidos pelo sionismo contra lideranças e chefes militares de nações e povos oprimidos, são uma declaração de guerra, total e completa, contra a resistência e os povos oprimidos.

A ascensão de Haniyeh à liderança do Hamas é o retrato do sofrimento, da coragem e da incansável vontade de combater pela sua terra e sua existência do povo palestino. Nasceu e cresceu em um campo de refugiados em Gaza, unindo-se, em 1980, durante a Primeira Intifada (Levante), ao núcleo que formaria o Hamas. Foi primeiro-ministro da ANP (2006 e 2007), quando o Hamas ganhou a maioria dos assentos nas eleições legislativas da época. Após a ruptura do Hamas com Al Fatah, Haniyeh foi líder do governo em Gaza (2007 a 2014), e depois chefe do gabinete político da organização, ao substituir Kaled Meshal, em 2017. Dois anos depois, abandonou Gaza para morar no exterior e, assim, criar uma base política e diplomática, desde a qual expandiu a luta da resistência palestina.

Os responsáveis pelo assassinato são o sionismo e o imperialismo que, com esse crime, visam a enterrear qualquer solução de cessar-fogo, e justificar a continuidade do genocídio palestino para, assim, impor a “derrota estratégica” do Hamas, e caminhar para a sua “solução final”: o extermínio do povo palestino, para Israel tomar posse de toda a Palestina.

Israel afirmou que sua morte é “o

Todos esses atos de violação da soberania nacional e esses crimes de guerra, cometidos pelo sionismo contra lideranças e chefes militares de nações e povos oprimidos, são uma declaração de guerra, total e completa, contra a resistência e os povos oprimidos.

caminho para limpar o mundo dessa imundície”. Não se referia apenas a Haniyeh, mas a todos os palestinos. “Não há inocentes em Gaza”, repetem os ministros israelenses. Trata-se de uma declaração de que a “solução final” sionista é, ou extermínio, ou expulsão dos palestinos de suas terras ancestrais. Como se pode responder a isso com propostas de “paz” e com respeito aos acordos de cessar-fogo, que não passam de manobras do sionismo e do imperialismo para continuar atacando, quando querem e onde querem, sem respeitar, nem se importar com o direito internacional? Não! As massas palestinas devem redobrar e intensi-

ficar seu combate e resistência, que é o legítimo direito de qualquer povo oprimido de derrotar e destruir seus opressores.

Embora sua morte seja um duro golpe ao Hamas, não significa sua derrota, e muito menos uma vitória sobre os palestinos. Ismail Haniyeh foi o produto histórico e uma das sínteses mais elevadas da luta do povo palestino contra a opressão sionista e pela sua autodeterminação. Combatentes, revolucionários e lideranças políticas são forjadas pelas leis objetivas da história e pela luta de classes. Enquanto o povo palestino continuar lutando e mantendo sua luta heroica vigente, novos combatentes e novos chefes surgirão, para continuar as tarefas e objetivos da libertação da Palestina.

As massas palestinas, árabes e do mundo inteiro devem condenar o assassinato de Haniyeh e responder ao sionismo e o imperialismo, combatendo-os em qualquer local onde se encontrem. O imperialismo e Israel não querem paz, realizam atentados e ataques terroristas passando por cima das fronteiras nacionais, e estão decididos a impor a colonização total da Palestina, completar a limpeza étnica do povo palestino, transformar os governos árabes traidores em títeres de suas maquinacões, e consolidar sua dominação e opressão sobre grande parte do Oriente Médio. As massas, portanto, não podem insistir em caminhos pacíficos, nem nas vias diplomáticas, quando seus carneiros não estão dispostos a negociar e respeitar nada. As massas palestinas e árabes devem abrir caminho a uma luta regional e de massas pela expulsão do imperialismo, e a derrota e destruição do estado sionista. Quanto à ANP, as massas palestinas devem exigir que convoque uma revolta geral das massas palestinas contra os sionistas. O mesmo devem exigir a população árabe a seus governos árabes. Se não o fazem, aprofundando suas traições, então se devem convocar as massas a derrubá-los pela ação direta, e os julgar pelas traições com seus próprios tribunais populares.

A República Islâmica do Irã deve fornecer toda a ajuda, e favorecer o desenvolvimento da luta contra o sio-

nismo e o imperialismo. As milícias jihadistas e nacionalistas que combatem e ainda combatem a ocupação norte-americana no Iraque devem também prestar sua ajuda, atacando o imperialismo e convocando a população a sua expulsão do país. Os Houthis devem retomar e escalar sua ofensiva e ataques contra o sionismo e o imperialismo, ajudando os palestinos nesta hora terrível, e onde toda solidariedade na luta é importante para evitar que o sionismo continue a ofensiva. O Hezbollah deve declarar a guerra aos genocidas e ao imperialismo, e organizar as massas libanesas para lutar pela Palestina, que é também a luta pela defesa do Líbano da ofensiva sionista.

Os revolucionários devem fazer uma clara declaração nesse sentido, e convocar à unidade frentista anti-imperialista e antissionista dos explorados. Defendemos ainda seu direito irrestrito de utilizarem de qualquer método de combate contra seus opressores, ainda que sem compartilhá-los, porque sabemos que a derrota do sionismo e do imperialismo, assim como a derrubada dos governos burgueses traidores, será obra dos oprimidos palestinos, libaneses e iemenitas pela sua autodeterminação e soberania nacionais. Defendemos a luta instintivamente revolucionária das massas palestinas e árabes, porque favorecem a derrota do imperialismo e permitem ao proletariado mundial avançar para a derrota da burguesia e governos em seus próprios países.

Estamos ao lado da luta das nações e povos oprimidos, cavando nossa trincheira comum de combate contra nossos inimigos comuns, sem compactuar com a política dos partidos e movimentos que as dirigem. Sabemos que somente sob o programa e estratégia proletárias e a tática da frente única anti-imperialista é que a vanguarda mais consciente poderá projetar a luta dos oprimidos do Oriente Médio pela conquista de sua completa autodeterminação, por meio das revoluções proletárias, visando à constituição dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Mas, não há como fazer que esse programa encarne nas massas sem estar ao seu lado, e com-

(...) somente sob o programa e estratégia proletárias e a tática da frente única anti-imperialista é que a vanguarda mais consciente poderá projetar a luta dos oprimidos do Oriente Médio pela conquista de sua completa autodeterminação, por meio das revoluções proletárias, visando à constituição dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Mas, não há como fazer que esse programa encarne nas massas sem estar ao seu lado, e combatendo em cada um de nossos países as burguesias e o imperialismo, ajudando assim na batalha pela derrota do sionismo.

batendo em cada um de nossos países as burguesias e o imperialismo, ajudando assim na batalha pela derrota do sionismo.

Convocamos aos movimentos, organizações e partidos que se reclamam da classe operária, de seus métodos e estratégia, a erguer o punho para gritar: **viva Haniyeh e a heróica resistência palestina! Guerra total aos genocidas e opressores! Nenhum trégua aos opressores!** ●

Fim do estado sionista!


Expulsar o imperialismo da Palestina e de todo o Oriente Médio!

Palestina Livre do Rio ao Mar!

Por uma república soviética palestina!

Por uma federação de estados socialistas do Oriente Médio!

A luta de classes mundial abriu um **caminho revolucionário por meio da luta unitária em defesa dos palestinos e contra o sionismo e o imperialismo**

 O assassinato por Israel do líder do Hamas, Ismail Haniyeh, quando estava na capital do Irã, e o ataque sionista à capital do Líbano, Beirute, que matou Fuad Suhkr (comandante militar do Hezbollah), colocaram a ofensiva militar do sionismo e do imperialismo na região em um novo patamar. Em outros tempos, essas ações seriam encaixadas diretamente como declarações de guerra de Israel, ao Irã e ao Líbano. E de fato são. Mas a concretização de uma guerra generalizada na região do Oriente Médio interessa apenas a um dos lados no conflito mais geral, mundial, entre as potências imperialistas lideradas pelos Estados Unidos, tendo Israel como seu instrumento (enclave) na região; e os dois maiores países de economias nacionalizadas pelas revoluções proletárias, Rússia e China, que têm muitos interesses na região e influência decisiva sobre a ação de governos e grupos militares organizados.

O governo Biden vinha manobrando com uma proposta de acordo de paz que permitisse obrigar o Hamas a negociar diplomaticamente, enquanto a matança de palestinos pelos sionistas prosseguia impunemente. Os seguidos bombardeios sobre acampamentos de refugiados, a partir de bases criadas em conjunto por Estados Unidos e Israel (como o píer construído que só serviu basicamente para isso), e matando centenas de palestinos que para ali tinham ido sob a promessa do governo de Israel de que estariam seguros, indicavam o verdadeiro caminho que percorriam os Estados Unidos e seu cão de guarda sionista. Não existe nenhuma intenção de paz por parte deles, apenas manobram diante das pressões mundiais contra o genocídio.

Somente é possível entender a obsessão estadunidense e sionista para a guerra se se compreende as tendên-

cias fundamentais da crise capitalista mundial e o choque de forças no terreno internacional entre duas formas de produção distintas, entre um capitalismo imperialista moribundo (em sua fase de composição) e as economias nacionalizadas que criaram as bases para a transição ao socialismo, embora debilitadas ao extremo pelas burocracias dirigentes no poder do estado em seus países. Os países imperialistas vivem há pelo menos duas décadas o retrocesso em sua fatia na produção industrial mundial. Recuo que permitiu que principalmente a China, mas também a Rússia, se aproveitassem para expandir seus negócios, interna e externamente. O que levou à situação atual: para sobreviver como potências, os EUA e a Europa e também o Japão necessitam da destruição em larga escala das forças produtivas mundiais, especialmente as chinesas. Isso permitiria a retomada das forças produtivas mundiais sob controle imperialista e sobre a base dessa catástrofe.

Por isso, o imperialismo se lança à maior ofensiva militar desde a 2ª guerra mundial. E tem na produção de armas e insumos uma fonte de consumo artificial que impulsiona uma cadeia industrial produtiva, amortecendo as tendências recessivas gerais.

Do outro lado, a China e a Rússia já têm preocupações demais com a guerra que as potências imperialistas impulsionam na Ucrânia e com as ameaças de guerra em outros países no Leste Europeu e no Sul do Oceano Pacífico – disputa por Taiwan. Embora sem uma aliança formal, tanto a China está envolvida na guerra na Ucrânia, como a Rússia apoia as manobras militares chinesas no Pacífico. O Irã acaba de aprofundar suas relações de proteção militar com a Rússia, e não dá um passo sem consultar a burocracia contrarrevolucionária. O Hezbollah

libanês segue o mesmo caminho. Por isso, apesar de declamarem promessas de respostas “duras”, não dão o salto para a guerra aberta com Israel. Enquanto o imperialismo busca aprofundar a guerra onde puder, China e Rússia têm interesse em uma conjuntura que lhes permita ampliar ainda mais seus negócios.

Os Estados Unidos estão diante da disputa eleitoral mais acirrada das últimas décadas. A renúncia de Joe Biden abriu caminho para que Kamala Harris se lançasse a buscar apoios entre as forças econômicas mais potentes do imperialismo, no que tem sido bem-sucedida até agora. O imperialismo estadunidense não mudará a essência de suas políticas, seja com Harris ou com Trump. Assim como a vitória de Biden não alterou a essência das políticas trumpistas, algumas foram até aprofundadas pelo presidente democrata (intervenção militar, perseguição aos imigrantes, etc.). A crise mundial capitalista aberta em 2008 não se fechou, teve apenas altos e baixos em seu percurso. O que preocupa setores financeiros são a baixa capacidade de Trump de lidar com os movimentos sociais (os democratas dirigem grande parte dos sindicatos), e de conter suas estúpidas afirmações, que interferem em acordos e negociações.

Com Harris ou com Trump, os EUA terão de lidar com as pressões combinadas de recessão e inflação. As manobras para tentar preservar o valor da moeda ianque diante das pressões inflacionárias, por meio de alta nas taxas de juros (que atraiu bilhões de dólares para dentro de seu país), se esgotaram. Os dados econômicos internos, especialmente os de empregabilidade, apontam para a recessão que se avizinha. As pressões sobre o Banco Central ianque se inverteram: agora, reivindicam que haja cortes nas taxas de juros, para conter a recessão. Já

se negociam contratos com previsões de taxas de longo prazo ao redor de 3,86% ao ano (hoje, estão entre 5,25% e 5,5%). Os preços, que vinham caindo até alcançarem os 2,5% anuais, tenderão agora a subir. E o dólar, que só vinha se sustentando internacionalmente de forma artificial, tende a se desvalorizar e a ser menos usado nas transações internacionais, retomando as tendências de fortalecimento da moeda chinesa e de moedas regionais no mercado mundial. São as contradições objetivas de um capitalismo em decomposição que estabelecem as tremendas dificuldades para que a maior potência imperialista consiga fazer frente à situação. Tendências recessivas e perda de força de sua moeda, interna e externamente, pressionarão o governo dos EUA a intensificar seu intervencionismo de toda forma. A escalada no Oriente Médio, assim como a maior pressão sobre a Venezuela, são parte desse percurso.

As eleições na Venezuela aconteceram sob fortes pressões anteriores e presentes do imperialismo. Maduro cedeu tudo o que pôde, mas não a absurdos como a inscrição de candidatos em flagrante violação da legislação eleitoral do país. Os dias que antecederam as eleições foram de relativa calma. O imperialismo jogou com as cartas que tinha: pesquisas forjadas, ameaças, etc. O regime chavista respondeu com seu controle sobre a imprensa, o judiciário e as forças armadas. Logo depois de encerrada a votação, a justiça eleitoral apontou Maduro como reeleito, com 51,2% dos votos. A oposição pró-imperialista ficou com 44%. Imediatamente, os EUA e seus aliados rejeitaram o resultado. Passaram a exigir as listas com os resultados de cada urna. Ao mesmo tempo, “estranhamente”, aconteceu um hackeamento dos computadores da justiça eleitoral venezuelana, o que impedia a divulgação das informações exigidas pelos EUA e seus lambe-botas (aí incluída parte da esquerda democratizante pró-imperialista). China e Rússia reconheceram o veredicto da justiça eleitoral venezuelana. Os EUA passaram a reconhecer o candidato derrotado González como presidente eleito, sem apresentar dados concre-

tos, a não ser o resultado de algumas urnas em que teria vencido Maduro. Imediatamente, os governos laicais mais submissos aos EUA o seguiram: Argentina, Peru, Equador, Uruguai etc. Brasil e Colômbia ficaram em cima do muro, exigindo as atas de resultados antes de aceitarem os resultados. A Bolívia reconheceu a vitória de Maduro. Tudo indica que se repetirá o fenômeno Guaidó, que anteriormente, com apoio dos EUA, se autoproclamou presidente do país, mas fracassou. Os EUA almejam se apoderar do petróleo venezuelano e garantir as reservas de Essequibo, território em disputa com a Guiana, para não ter de depender da produção árabe e russa.

Novamente, por trás dos atores que encenam o drama, estão as forças fundamentais da conjuntura mundial. Qualquer posição que não defenda o país atrasado, com qualquer que seja seu governo, diante das pressões e intervencionismo imperialistas, está ao lado do capital financeiro contra o proletariado mundial. E está completamente perdido para a causa da revolução socialista.

Temos assistido na França como a Nova Frente Popular (NFP) salvou ou governo direitista de Macron de um vexame eleitoral, e agora colabora para a formação de um novo governo, onde ela comparece subordinada e centralizada por essa fração do imperialismo francês. Diante das necessidades de contenção das tendências da crise mundial, as burguesias de todos os países caminham para a direita, para usar a democracia burguesa em decomposição como meio de aplicação de suas políticas mais reacionárias, por meio dos métodos mais repressivos. O caso francês é uma amostra viva da direitização das esquerdas e sua assimilação da democracia burguesa imperialista, negando a revolução e ditadura proletárias. As “esquerdas” europeias ajudam a eleger Ursula Van Der Leyen, sabidamente nazista, como chefe do parlamento europeu. As bandeiras da esquerda que expressam as reais necessidades das massas são abandonadas em troca da “defesa da democracia”, e deixadas para serem levantadas hipocritamente pelas forças burguesas de extrema-direita.

Novamente, por trás dos atores que encenam o drama, estão as forças fundamentais da conjuntura mundial. Qualquer posição que não defenda o país atrasado, com qualquer que seja seu governo, diante das pressões e intervencionismo imperialistas, está ao lado do capital financeiro contra o proletariado mundial. E está completamente perdido para a causa da revolução socialista.

A burguesia imperialista vai usando elementos governantes de extrema direita (Itália, etc.) e direita (França, Alemanha, etc.) ou falsamente de esquerda (Inglaterra, Espanha, etc.) para impor suas medidas e atacar as massas. Com quaisquer rótulos, aplicam as medidas protecionistas do parasitismo financeiro e de maior exploração do trabalho assalariado – com cortes de direitos e precarização.

As massas têm reagido aos ataques da burguesia em toda parte. As manifestações multitudinárias em favor dos palestinos e contra o sionismo e o imperialismo são a ponta de um iceberg, que leva as massas às ruas, para com seus métodos próprios de luta, defenderem suas condições de vida e trabalho. O obstáculo têm sido as direções, de todos os tipos, que ou bloqueiam as lutas ou as conduzem para as instituições da democracia burguesa. A crise de direção revolucionária se manifesta com toda força, com a direitização das esquerdas que, democratizantes que são, acompanham o estreitamento da democracia burguesa assentada em uma economia em decomposição. A falta da direção revolucionária se evidencia mais e mais. As massas em luta terão de se voltar às experiências históricas do proletariado mundial para reconstruírem suas direções revolucionárias, seu partido mundial, assentado nesse programa. ●



Trump e Harris são duas faces do imperialismo

A luta pelas reivindicações e a defesa das conquistas proletárias é o programa que fará avançar a luta de classes

A disputa eleitoral de outubro vem apontando como provável vencedor o ex-presidente Donald Trump e, até um mês atrás, comparecia como reedição da eleição de 2020 que deu a vitória a Biden. No primeiro debate televisivo, Biden mostrou-se atordoado e perdido, reforçando as especulações de estar sofrendo uma doença mental degenerativa. Os alarmes soaram forte no Partido Democrata, que via escorregar pelas mãos a ilusão que ainda se guardava em sua vitória. Na cúpula partidária, começaram a se movimentar as peças e se realizarem manobras para impor a renúncia de Biden. Os capitalistas e financiadores começaram a estrangular o fluxo de dinheiro para sua campanha, congelando US\$ 90 milhões. As bases parti-

dárias se movimentavam no mesmo sentido, exigindo a troca do presidente pela vice-presidente, Kamala Harris, a qual supostamente poderia vencer Trump. Estima-se que sua ascendência asiática e negra poderia servir para reatar os apoios entre as “minorias” que estavam sendo perdidas, pela oposição crescente das massas à política do governo de apoio ao genocídio palestino.

Biden resistia às pressões, e quis manter sua candidatura. Porém, o “atentado” falido contra Trump na Pensilvânia serviu para que realizasse uma rápida manobra de campanha, em que se apresentava como o candidato que enfrenta até a morte, em defesa de eleições limpas e de seu retorno ao governo pelas vias democráticas, reforçando as pesquisas que lhe davam uma vitória sobre Biden, e liquidificando as últimas esperanças deste chegar à vitória. Dias depois, renunciou e apoiou Harris, para continuar na corrida eleitoral. Menos de 24 horas depois, Harris consolidava sua candidatura com apoio da cúpula partidária,

“
...

Houve um princípio de ruptura entre um amplo setor das bases democratas e a cúpula partidária, por conta das medidas repressivas ordenadas contra os protestos estudantis nas universidades pelo fim dos convênios acadêmicos com instituições sionistas.

da convenção do partido e com US\$ 81 milhões que em poucas horas começaram a engraxar a maquinaria eleitoral da nova democrata, alcançando US\$ 200 milhões num único dia.

Na primeira intervenção pública como candidata, Harris alertou que Trump “levaria o país para trás”. A escolha seria, portanto, entre a democracia e o autoritarismo, entre os direitos civis e a falta de liberdades. Mas, o discurso “progressista” enfrenta um grande entrave, que não será desfeito com palavras. Houve um princípio de ruptura entre um amplo setor das bases democratas e a cúpula partidária, por conta das medidas repressivas ordenadas contra os protestos estudantis nas universidades pelo fim

dos convênios acadêmicos com instituições sionistas. Sindicatos e organizações de base do partido exigem do governo o embargo imediato do envio de armas e bombas para Israel. A política pró-sionista, defendida por Biden, Harris e a esmagadora maioria dos legisladores democratas, levou a um amplo setor da base a questionar seu apoio eleitoral aos democratas. Harris manterá a mesma política, embora agora faça manobras retóricas para se apresentar como “progressista”. Apresenta seu currículo como “defensora dos direitos civis” e “dos direitos das mulheres”, e assim procura ocultar seu declarado apoio ao governo genocida de Israel. Foi parte dessa manobra, negar-se a participar no discurso de Ne-

FOLHETO

Pontos para uma Resolução Internacional

Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais
do POR - 2023

Fração G. Lora – Em defesa do programa
Dezembro de 2022

Adquirir com nossos militantes!

Democratas e republicanos se alternam no governo, e nada muda na política mais geral do imperialismo norte-americano imperialista. Por isso é que a troca de um presidente reflete mudanças táticas da burguesia.

tanyahu no Congresso dos EUA. Mas, logo após encerrado o encontro, reuniu-se com o chefe do genocídio para garantir que continuará apoiando Israel. Harris é um agente dos interesses do capital financeiro, que saqueia as nações oprimidas, e defensora dos negócios da indústria militar e da burguesia imperialista no mundo todo.

Democratas e republicanos se alternam no governo, e nada muda na política mais geral do imperialismo norte-americano imperialista. Por isso é que a troca de um presidente reflete mudanças táticas da burguesia. A possibilidade de escolha de Trump no lugar de Harris é condicionada pelo interesse dos monopólios em não retroceder ainda mais no mercado mundial, perante o avanço da China. Isso explica o crescente apoio das frações da burguesia à política exterior de Trump, orientada a diminuir a ajuda na Ucrânia (repassando os custos para a burguesia e governos europeus) e concentrar mais recursos e medidas de guerra comercial e manobras bélicas contra China. A escolha de Vance como candidato a vice-presidente reflete essa mudança tática no campo das candidaturas republicanas.

O avanço irresistível da Rússia na guerra e seu fortalecimento econômico – apesar do bloqueio e das sanções – mostrou claramente para a burguesia imperialista dos EUA que seguir gastando bilhões em uma guerra que se inclina a favor da Rússia, injetando bilhões de dólares e esgotando as armas,

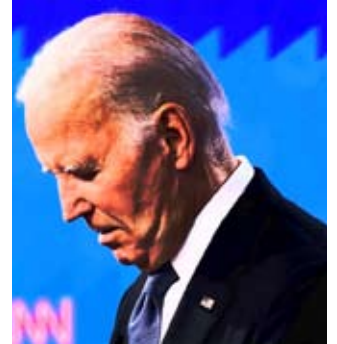
enquanto a China continua avançando na América Latina, Ásia e África, já não é um “bom negócio”. Um choque em duas frentes (Rússia e China) é inviável ao capitalismo norte-americano em decadência. Não muda, porém, o apoio irrestrito a Israel, que se manterá, qualquer seja o governo de plantão. Preservar seu vassalo no Oriente Médio é do interesse dos EUA para cercar a China e a Rússia, e impedir que avancem em sua ofensiva diplomática e comercial, enfraquecendo o apoio dos governos árabes aos interesses norte-americanos.

O apoio de todo um setor da burguesia a Trump se explica ainda pela necessidade de arrastar amplos setores da pequena burguesia para servir de ponto de apoio contra as tendências de luta presentes (e crescentes) na classe operária e demais oprimidos, prometendo poupá-la da crise econômica que se aprofunda. O intervencionismo contra China exigiria impor esforços de guerra e econômicos, agravando a super exploração e disciplinando os assalariados. Para esse stor dos capitalistas, não há espaço para movimentos anti guerra, anti sionistas ou reivindicatórios que possam vir a potenciar a luta de classes, quando os EUA se projetam em choque contra os Estados Operários degenerados, e visam a aumentar a opressão direta sobre as semicolônias.

Para os explorados dos EUA não interessa quem ganhe: Trump ou Harris. Qualquer que seja o vencedor, continuará o intervencionismo imperialista, o

apoio ao genocídio palestino e o objetivo de derrotar a China e a Rússia, ainda que isso signifique destroçar a economia norte-americana e desgraçar os explorados do país. Para os palestinos, tampouco muda nada, porque continuarão sendo trucidados por milhares de bombas, exportadas dos EUA para Israel. Para os estados operários degenerados, a mudança de governo na maior potência imperialista não altera em nada as manobras militares sobre suas fronteiras. E, para a classe operária mundial, significa que serão ameaçadas suas conquistas históricas (a propriedade estatizada pelas revoluções), e que pagará com sua miséria pela barbárie do capitalismo apodrecido.

Essa situação ressalta a ausência de uma direção revolucionária, capaz de responder, a partir de uma posição de classe, as tarefas colocadas pela crise. As massas não podem contar com os falsos marxistas que apoiam a derrota dos Estados Operários, ou se negam a organizar e radicali-



zar a luta operária contra o sionismo e o imperialismo em seus países. Afundados no democratismo burguês e no cretinismo parlamentar, são um freio objetivo para a fusão das tendências de luta das massas com o programa e a estratégia revolucionários. Essa é a tarefa que deve ser assumida pelos que defendem as conquistas históricas do proletariado mundial, sem apoiar em nada as burocracias herdeiras do estalinismo, e se apoiando nas lutas defensivas pelas reivindicações e nos métodos da ação direta, levando as massas a derrotarem suas burguesias e governos, aproximando-as ao menos um passo da revolução socialista no mundo todo. ●

FOLHETO NOVO!

PARA ONDE
marxismo»revisionismo
VAI O CERQUI

Adquira com nossos militantes!

CONGRESSO DOS EUA RECEBE O GENOCIDA NETANYAHU

A democracia burguesa dos EUA está comprometida com a defesa do holocausto palestino

As massas devem impor com sua força coletiva o fim do genocídio e a derrota do sionismo e do imperialismo

Benjamin Netanyahu, acusado por crimes de guerra na Corte Internacional de Justiça/CIJ, foi recebido de braços abertos pelo Congresso dos EUA, com um grande cerimonial, organizado por deputados e senadores republicanos, e parte da bancada dos democratas. 127 deputados (dos 212) e 28 senadores (dos 51) do Partido Democrata participaram da recepção ao genocida. Foi o quarto discurso de Netanyahu no Capitólio, mas foi a primeira vez em que um vice-presidente estadunidense não compareceu a esse tipo de evento. Horas antes, foi entregue uma carta de 230 funcionários do Capitólio, exigindo que se boicotasse a atividade.

Netanyahu pediu que os EUA apoiassem Israel até cumprir os objetivos da “guerra” contra o Hamas. Chamou Biden e Trump de “aliados”. Afirmou que “praticamente nenhum civil” morreu em Gaza, deixando a entender que dezenas de milhares de mulheres, crianças e homens massacrados eram apoiadores ou integrantes do Hamas porque, como disseram vários de seus ministros, “Não há inocentes em Gaza”. Por isso é que não fez qualquer menção a um cessar-fogo ou aos acordos de Oslo, que “garantem” a criação de um Estado Palestino. Disse ainda que se estava travando uma guerra “entre a barbárie e a civilização”. E exigiu de seu aliado norte-americano que acelerasse a entrega de armas. Em resumo: fez uma defesa aberta e clara do mais brutal holocausto da história recente e da opressão colonial.

O genocida foi ovacionado de pé 58 vezes pelos republicanos e democratas presentes. Assim, rendia-se homenagem a um criminoso, colonialista e racista, defensor da limpeza étnica em toda a Palestina. Discursos e aplausos aconteceram para decorar cinicamente

as dezenas de mortes (a maioria de mulheres e crianças) anunciadas nos campos de refugiados e nos bairros de Gaza pelos bombardeios sionistas nesse dia.

Na frente do Congresso, manifestaram-se milhares de ativistas, denunciando o genocídio na Palestina, e chamando a prisão de Netanyahu, por crimes de guerra, como resolvido pela CIJ. Cantava-se “Palestina livre”, e erguiam-se faixas pelo “Cessar-fogo Já!” e o “Fim à assistência militar dos EUA a Israel”. Os protestos acusaram ainda o Congresso e o governo dos EUA de cúmplices do genocídio. Hatem Abu Dayyeh, coordenador da Rede da Comunidade Palestina, disse que “Netanyahu e os membros do Congresso ... são parceiros no crime”. Reem Assil, do Centro Organizador e de Recursos árabes, assinalou que “é inconcebível que o governo dos EUA esteja recebendo um criminoso de guerra reconhecido internacionalmente como responsável pelo assassinato em massa de palestinos ... incluindo mais de 40 membros da minha família”. Na medida que Netanyahu desenvolvia seu discurso, desfechou-se a repressão policial contra as manifestações: centenas foram presos e dezenas ficaram feridos.

Dentro do Congresso, dezenas de manifestantes judeus gritaram pelo cessar-fogo, e acusaram Netanyahu de criminoso de guerra. Um dia antes, 500 jovens judeus ocuparam o térreo de uma das alas do Congresso, protestando contra a visita de Netanyahu e o apoio do governo democrata ao genocídio, gritando “não em nosso nome”. Ruslana, membro e organizadora do Shores, coletivo de judeus antissionistas, afirmaram: “o principal apelo agora é parar o genocídio, mas, no longo prazo, é desmantelar o sistema de apartheid e encontrar uma solução estatal que garanta direitos iguais, liberdade e segu-



...
O genocida foi ovacionado de pé 58 vezes pelos republicanos e democratas presentes. Assim, rendia-se homenagem a um criminoso, colonialista e racista, defensor da limpeza étnica em toda a Palestina. Discursos e aplausos aconteceram para decorar cinicamente as dezenas de mortes (a maioria de mulheres e crianças) anunciadas nos campos de refugiados e nos bairros de Gaza pelos bombardeios sionistas nesse dia.

rança para todas as pessoas entre o rio e o mar”. Uma organizadora do coletivo Vozes Judaicas pela Paz (JVP), adendou a essa declaração que “Como descendentes de pessoas que sofreram genocídios e pogroms... [pedimos] ações decisivas para acabar com esse genocídio hoje”. Tiveram como resposta dos legisladores sua remoção à força pela polícia.

A sórdida imagem do Congresso e do governo dos EUA, aclamando e protegendo o genocida Netanyahu, é antagônica aos protestos e às tendências de luta e ao internacionalismo instintivo das massas contra o sionismo e sua “solução final” fascista para os palestinos. De um lado, a burguesia e pequena burguesia racista e obscurantista estão unidos para apoiar o genocídio, com palavras e ações. De outro, os trabalhadores e estudantes avançam na sua unidade em defesa dos oprimidos palestinos. É o retrato do antagonismo entre classes opressoras e oprimidas que se processa em todo o mundo.

Em meio a essas tendências antagônicas, manobram setores do Partido Democrata. Kamala Harris e a deputada Ocasio-Cortez, que denunciaram as “atrocidades” israelenses, continuam firmes em seu apoio à defesa de Israel, e aprovando bilhões de dólares que financiam o genocídio. A duplicidade moral é uma marca registrada dos cínicos políticos, funcionários e deputados democratas, e também uma manobra eleitoreira para recuperar o apoio de um amplo setor das bases contrárias ao apoio de Biden e Harris ao genocídio em Gaza. Na disputa eleitoral aberta contra Trump, a profunda desilusão dos eleitores do partido com os chefes democratas pode ser um tiro no pé, e afundar a candidatura de Harris. É por isso que ela não foi ao Congresso, mas garantiu a Netanyahu um encontro, logo após seu discurso. Como suas declarações seriam difundidas como parte da campanha, Harris se apresentou demagogicamente como não compactuando com os “excessos” de Israel e defensora de uma solução pacífica (cessar-fogo) e, ao mesmo tempo, mostrando aos lobistas bilionários sionistas que podem injetar milhões de dólares para apoiar sua campanha, porque, se eleita, ela será uma “aliada” de Israel e apoiará suas ações.

Essa hipocrisia e cinismo na boca de quem é apresentada por setores da esquerda como uma “candidata das minorias”, é mais um exemplo de que na democracia norte-americana não existe soberania popular do voto, mas imposição ditatorial da burguesia, que lucra muito com o genocídio, e precisa de seu enclave sionista no Oriente Médio para impor seus interesses ge-

rais na região. O mesmo se verifica na França e na Alemanha, que aprovaram leis que criminalizam manifestantes pró-palestina por apologia de “antissemitismo”, assim como leis que obrigam os solicitantes de asilo a renegarem qualquer crítica a Israel. As democracias burguesas se apresentam sem disfarces como instrumentos da glorificação do fascismo e do genocídio, indicando até onde chegou a direitização da política burguesa.

Os atos que reuniram, unitária e organizadamente, manifestantes de origem palestina, árabe e judia, sob as palavras de ordem “Palestina Livre!” e “Fim do genocídio”, assinalam que se abriu uma profunda fenda na retórica sionista que dominou os discursos ideológicos e ações políticas por décadas no país. Um marco dessa ruptura foram as ocupações de universidades, exigindo o fim das relações acadêmicas com instituições acadêmicas e técnicas israelenses. Mas, fundamentalmente, as ações diretas e de massas dos operários da Espanha, Grécia, Índia e Inglaterra, que impediram o envio de armas para Israel e, ocupando fábricas, obrigaram a fechar algumas subsidiárias da indústria militar ligadas a Israel.

Antes da chegada de Netanyahu aos EUA, uma “coalizão de sindicatos” – que representam quase a metade dos sindicalizados nos Estados Unidos – enviou uma carta a Biden, pedindo a suspensão de toda ajuda militar do país a Israel, e “*garantir um cessar-fogo imediato e permanente na guerra em Gaza*”. Os assinantes são a Associação de Comissários de Bordo-Trabalhadores das Comunicações da América (AFA-CWA), o União de Trabalhadores dos Correios de América (APWU), a União Internacional de Pintores e Ofícios Afins (IUPAT), a Associação Nacional da Educação (NEA), o Sindicato Internacional dos Empregados de Serviços (SEIU), o Trabalhadores Unidos da indústria Automobilística (UAW) e o Trabalhadores Unidos da Eletricidade, Rádio e Máquinas (UE). Esses sindicatos compõem a AFL-CIO, reúnem mais de 6 milhões de trabalhadores, e compreendem setores vitais da economia. Somaram-se às assinaturas da “carta”, o Sindicato Internacional dos Trabalhadores da Alimentação e do Comércio (UFCW), que favoreceu a formação (contra a vontade de setores

das direções) da coalizão sindical *Rede Nacional de Trabalhadores pelo Cessar-fogo*, que exige do Congresso que se aprove um projeto de lei pelo “*cessar-fogo imediato e o fim do cerco de Gaza*”.

A “carta” foi aprovada em convenções convocadas especialmente para esse objetivo, mostrando um massivo apoio dos delegados e das seções regionais dos sindicatos, e uma crescente pressão das bases para que se tomasse uma posição clara contra Israel, contra a decisão de um setor do conselho executivo da AFL-CIO, que já anulou ações e petições de sindicatos de base com o mesmo conteúdo. A capitulação das direções mostra o elevado grau de centralização e estatização dos sindicatos, enquanto que a “coalizão sindical” não supera uma posição democratizante, e reforça as ilusões democráticas de que ainda é possível pressionar os democratas a que mudem sua posição a respeito de Israel.

Somente a irrupção das bases da classe operária e dos sindicatos norte-americanos, sob um plano de ação unitária e nacional, na base da formação de movimento mais amplo e mais radicalizado, e que se oriente a atingir e atacar os interesses da indústria dos armamentos e empresas ligadas ao sionismo (paralisando fábricas e portos interrompendo o envio de armas etc.), poderá abrir caminho à derrota do sionismo na Palestina, e impor à burguesia norte-americana suas reivindicações, com a ação direta. É com essa orientação que o movimento pro-palestina dará um passo na ruptura com a democracia e instituições comprometidas com o genocídio, e se abrirá uma via para que a estratégia revolucionária se una às tendências de luta, projetando assim a luta de classes. ●



Os Jogos Olímpicos servem de distração ao sionismo e ao imperialismo para acobertar o genocídio palestino

Nenhuma “reconciliação” com os genocidas e seus financiadores: pela expulsão da delegação israelense e pelo boicote às olimpíadas

No dia 26/07, começaram os Jogos Olímpicos. Não têm mais nada a ver com as competições esportivas amadoras do passado. Os atletas são financiados por fundos financeiros e multinacionais. Os resultados das competições são manejados de acordo com os interesses das empresas de jogos e apostas, usando para isso o VAR que legitima os roubos. As Olimpíadas servem ainda ao turismo e tráfico de drogas. O Comitê Organizador dos Jogos de Paris 2024 e o Comitê Olímpico aprovaram a participação da delegação israelense. Entre seus atletas, há militares da ativa e da reserva, envolvidos em massacres na Palestina. Sob o lema de “separar a política do esporte”, as Olimpíadas se transformarão em um palco da diplomacia sionista e imperialista, que garante aos atletas de um Estado genocida marcharem sob sua bandeira e seus jornalistas, lavando a face do Estado terrorista de Israel, enquanto se negam os vistos a jornalistas russos, e a possibilidade de os atletas russos marcharem sob a bandeira nacional da Rússia, considerada um “Estado agressor”.

Dois pesos e duas medidas diferenciam os direitos de atletas e países nos Jogos Olímpicos, segundo os interesses do imperialismo e do capital financeiro internacional. Sob a farsa da hipocrisia da “festa do esporte mundial”, o imperialismo colocou esses jogos a serviço de encobrir o holocausto dos palestinos, e facilitou ao sionismo fazer sua “diplomacia” racista e suprematista, na França e por toda Europa.

O imperialismo francês (com claro apoio do imperialismo inglês, alemão e estadunidense) reproduz o cinismo que marcou a fogo os Jogos de Berlim, em 1936. Naquele momento, o nazismo usou as olimpíadas para fazer diplomacia de seu regime racista e terroris-



(...) a organização de atividades esportivas é controlada pelos capitalistas e servem a seus objetivos. A diferença reside em que os Jogos deste ano são precedidos pelas maiores e mais massivas manifestações da história contra um genocídio em curso.

ta, que culminou no holocausto judeu. Desta vez, as olimpíadas servirão para acobertar o apoio da burguesia mundial ao holocausto palestino. Mudam circunstâncias e países, mas a política de acobertar e patrocinar regimes genocidas e terroristas, que tantos benefícios e lucros trazem à burguesia, continua a mesma.

Essa analogia histórica serve para mostrar o quanto a organização de atividades esportivas é controlada pelos capitalistas e servem a seus objetivos. A diferença reside em que os Jogos deste ano são precedidos pelas maiores e mais massivas manifestações da história contra um genocídio em curso. Isso explica, em todo caso, porque a segurança do evento foi reforçada para evitar protestos e manifestações contra a participação da delegação israelense. Justifica-se também pela recente resolução da Corte Internacional de Justiça (CIJ), que reconheceu o genocídio em

Gaza, e exige medidas diplomáticas e políticas dos países do mundo inteiro contra Israel. O que supostamente obrigaria a França (país signatário da CIJ) a cumprir medidas práticas, por exemplo, negar a participação de atletas de um Estado genocida a participar de atividades esportivas programadas. Tanto a participação da delegação israelense e de muitos militares genocidas na qualidade de “atletas”, bem como o reforço da segurança de seus atletas, não procura apenas protegê-los de possíveis atentados. Mas, sim, protegê-los de qualquer medida judicial no território francês. É um ato explícito de negação a assumir qualquer responsabilidade pelas decisões judiciais internacionais, e de proteção e apoio aos genocidas.

O Estado francês decidiu proteger membros de um estado genocida em território francês, enquanto reserva a repressão e a perseguição aos protes-



tos de cidadãos e militantes franceses contra a participação de Israel, sendo os manifestantes presos e acusados de “antisemitismo”. O que esperar dos poucos atletas ou jornalistas palestinos-árabes que vierem a participar das Olimpíadas? Se decidem realizar ações, ainda que “simbólicas”, denunciando o genocídio e o assassinato de mais de 300 atletas palestinos pelos genocidas sionistas, serão expulsos e processados, recorrendo ao artigo 50 da Carta Olímpica, que proíbe manifestações políticas e prevê o banimento de atletas que as realizem.

A “festa do esporte mundial” servirá à burguesia, que lucra bilhões de euros com venda de entradas, transmissão televisiva, aluguéis, etc. E também à fração ligada à produção de armamentos e ao capital financeiro que está por trás de financiamento e execução prática do genocídio levado a cabo por Israel. Tudo é uma questão de negócios: a França se mostra um parceiro confiável, e Israel mantém os insumos bélicos e a solicitação de créditos bilionários. Assim, as Olimpíadas servirão à normalização do holocausto palestino, e de cobertura diplomática aos assassinos e carneiros sionistas, como em 1936 serviram à burguesia alemã e europeia, para acobertar sua cumplicidade com o holocausto judeu.

Não se deve aguardar um dia sequer para retomar as manifestações, bloqueios, greves, ações de rua, etc. denunciando o genocídio, exigindo a expulsão de Israel e a ruptura imedia-

ta de todos os acordos da França com o estado colonial e genocida sionista. Não se pode fechar os olhos ao fato concreto e terrível de que o genocídio de palestinos e a limpeza étnica continuam, enquanto a delegação e atletas sionistas participam alegremente dos jogos. É preciso convocar manifestações e ações de rua, para que se expulse imediatamente Israel dos jogos. A esquerda agrupada na Nova Frente Popular fecha os olhos para tudo isso, é um instrumento da burguesia para defender a “separação” entre política e esporte, e assim ludibriar as massas a não intervirem com seu programa e métodos próprios.

No primeiro jogo da seleção feminina de Israel de futebol, centenas de espectadores vaiaram o hino nacional israelense, gritaram “Palestina Livre!” e ostentaram bandeiras palestinas. Mas, não há convocatórias de sindicatos, organizações ou coletivos políticos e populares para ações de rua.

A classe operária e os demais oprimidos franceses e do mundo todo não podem ser espectadores da farsa da “festa mundial do esporte”, que serve ao genocídio e à brutal opressão colonial. Devem, isso sim, denunciá-la e organizar um boicote ativo, organizado a partir das bases e contra suas direções. Os verdadeiros internacionalistas, que não se deslumbram com os fogos de artifício que a burguesia oferece aos explorados para os anestesiarem, têm de tomar a frente do chamado às massas francesas a se organizarem para boicotar as Olimpíadas com a ação direta

“A “festa do esporte mundial” servirá à burguesia, que lucra bilhões de euros com venda de entradas, transmissão televisiva, aluguéis, etc. E também à fração ligada à produção de armamentos e ao capital financeiro que está por trás de financiamento e execução prática do genocídio levado a cabo por Israel. Tudo é uma questão de negócios: a França se mostra um parceiro confiável, e Israel mantém os insumos bélicos e a solicitação de créditos bilionários. Assim, as Olimpíadas servirão à normalização do holocausto palestino, e de cobertura diplomática aos assassinos e carneiros sionistas, como em 1936 serviram à burguesia alemã e europeia, para acobertar sua cumplicidade com o holocausto judeu.”

de massas. Não deve haver “reconciliação” e “paz”, nem com os genocidas, nem com o governo que os sustenta, enquanto bombas e balas continuam massacrando palestinos todos os dias em Gaza e na Cisjordânia. ●

MACRON DÁ UM GOLPE: ADIA A ESCOLHA DO GOVERNO PARA DEPOIS DAS OLIMPÍADAS E FORMA UMA FRENTE PARLAMENTAR DA DIREITA PARA IMPOR SUA ESCOLHA

Esse novo episódio da crise política deixou claro que Macron saiu fortalecido das eleições que, paradoxalmente, perdeu. Essa reviravolta se deveu graças à subordinação da NFP ao acordo eleitoral para “derrotar a ultradireita”. A manobra ergueu o próprio Macron em árbitro político por cima da divisão da NA.

O começo das Olimpíadas serviu para acobertar o golpe do presidente da França, Emmanuel Macron, que rejeitou a nomeação da primeira-ministra proposta pela Nova Frente Popular/NFP, Lucie Castets, apresentada como uma “alta-funcionária envolvida na defesa de serviços públicos”, favorável a “revogação da reforma da previdência” e defensora da “reforma tributária para que todos ... paguem sua parte justa”. Macron tinha mexido suas peças realizando um acordo com “republicanos” e socialistas (que não se incorporaram à NFP) para formar um bloco governista com o objetivo de impor um governo escolhido a dedo por ele. Os “frente-populistas” denunciaram a medida como uma negação da “democracia” emanada das eleições que “deram maioria parlamentar” à Frente. Ma-

cron respondeu que não tendo a NFP uma maioria absoluta não haveria como “ferir” a democracia, e que tomaria sua decisão de aceitar ou nomear um novo governo para depois das Olimpíadas.

Esse novo episódio da crise política deixou claro que Macron saiu fortalecido das eleições que, paradoxalmente, perdeu. Essa reviravolta se deveu graças à subordinação da NFP ao acordo eleitoral para “derrotar a ultradireita”. A manobra ergueu o próprio Macron em árbitro político por cima da divisão da NA. É o que já assinalamos no jornal O Internacionalista n° 17 (“A Nova Frente Popular salva Macron de vexame eleitoral, mas aprofunda a crise política”), de julho, quando afirmamos que as divisões ao interior da NA e o fato de nenhuma força contar com maioria absoluta, poderia levar Macron “a garantir sua governabilidade por meios autoritários”, graças ao fato que “a Constituição garante ao presidente nomear um primeiro-ministro e governo”, inclusive “sem aprovação da NA”.

Esse prognóstico se confirmou. Porém, não significa que esteja garantida a governabilidade de Macron. Seu fortalecimento conjuntural e o avanço à centralização autoritária das decisões de governo precedem a uma nova fase da crise que é determinada pelo avanço do reacionarismo da burguesia imperialista, e que empurra os governos burgueses a assumirem as posições da ultradireita. É o que se verifica na aprova-

ção por decreto, logo após as eleições, de uma medida que faculta aos vinicultores a negar dar folga a seus assalariados durante a vindima, bem como novos cortes orçamentários nos serviços públicos. Foi aprovada também a “lei de imigração” que prevê que todo estrangeiro que solicitar residência deverá respeitar os “princípios fundamentais da República” (“a liberdade pessoal, a liberdade de expressão e de consciência, a igualdade entre mulheres e homens, a dignidade da pessoa humana, o lema e os símbolos da República, a integridade territorial e a laicidade” etc.); e que garante a recusa ou cessação “das condições materiais de acolhimento” para os solicitantes de asilo, a exemplo da “ajuda mensal” e “acomodação em local adequado”. Removeiram-se, portanto, as disposições legais que impediam expulsar “estrangeiros” e refugiados de forma discriminatória e autoritária.

A ultradireita assiste de camarote às acusações entre direitistas e “esquerdistas”. Sabe que esses choques fortalecem suas posições parlamentares e eleitorais. É provável que a “frente” não resista à crise e que seus setores mais direitistas (os socialistas) possam ser “seduzidos” a chegar a um entendimento com Macron para “impedir” que o Reagrupamento Nacional/RN se fortaleça. Sabe ainda que Macron é odiado pela maioria nacional e que ao dotar seu governo de feições mais abertamente bonapartistas, agindo por cima da NA, se

potenciam suas chances eleitorais para 2026.

Os explorados e oprimidos franceses vinham avançando na luta de classes desde que a greve geral de 2015 contra a reforma da previdência impulsionou a soberania mais elementar das massas nas ruas, e baseadas na ação direta (foram ocupadas fábricas, bloqueadas refinarias, tomada de reféns nas empresas estratégicas estatais etc.), as massas assombraram a burguesia francesa. As manifestações dos “coletes amarelos”, dos imigrantes e da juventude oprimida contra a repressão reforçaram essa tendência de alta da luta de classes. E que, mais recentemente, adquiriu projeção nacional e unificada com o movimento pelo fim do genocídio dos palestinos. Porém, ausente sua direção revolucionária, essa tendência vem sendo desviada de eleição em eleição pelas direções traidoras e conciliadoras que hoje são parte da NFP, que fortalecem a colaboração de classes e os governos reacionários odiados pelas massas.

Essas manobras e reviravoltas acontecem às costas da população e são acobertadas pelo circo das Olimpíadas. Manifestam-se como a mais completa podridão de uma das “mais avançadas democracias” da Europa. Causa asco essa esquerda que se diz classista na França (como também acontece no Brasil), servindo de base para o fortalecimento de governos reacionários sob a farsa de “derrotar o fascismo” nas eleições. O contrário é que passa: apesar de

derrotada na França, a ultradireita se fortalece política e socialmente não apenas na França, mas também por toda Europa.

Não existem freios institucionais ao reacionarismo burguês que se nutre e cresce em meio da barbárie

capitalista. Não há como derrotar as tendências fascistas da burguesia e da pequena burguesia com eleições ou combinações parlamentares. A vanguarda com consciência de classe pode servir ao objetivo de derrotar a ultradireita e o

governo impulsionando as tendências de luta de classes e ajudando as bases a romper com suas direções democratizantes. A defesa das condições de vida e de trabalho, a luta pela derubada das contrarreformas, o avanço na unida-

de nacional para derrotar o sionismo e a burguesia francesa reacionária são a via pela qual os oprimidos poderão avançar em sua independência de classe e abrir uma via à revolução na prática, com os métodos da luta de classes. ●

Publicado no site no dia 02/08 | *Balanço parcial I*

Agrava-se a crise política na Venezuela após as eleições.

Nacionalistas decompostos e reacionários entreguistas convocam às ruas e chamam os governos a apoiá-los. Nenhum deles representa uma saída aos explorados. Organizar as massas sob um plano unitário pela defesa de suas vidas, para impulsionar a luta de classes

No momento em que publicamos esta nota, não tinham sido apresentados ainda os resultados eleitorais. No dia após as eleições, com o chavismo e a oposição direitista se autodeclarando vencedores, houve protestos da oposição para tentar arrastar os EUA a intervir na resolução da crise política aberta. Por enquanto, estes se negaram a se pronunciar a favor ou contra. O rápido apoio das Forças Armadas contra a “tentativa de golpe e desestabilização” pela oposição fez refluir os protestos. Apresentamos o texto abaixo como uma primeira avaliação rápida da situação, e qual deve ser a posição dos revolucionários. Nas próximas semanas, com a evolução da crise, teremos mais elementos para apresentar um balanço mais aprofundado sobre o conteúdo, as forças e classes, e as tendências gerais.

No domingo, 28 de julho, aconteceram as eleições gerais para a escolha do novo presidente. Até agora, não se sabe com certeza quem ganhou e quem foi derrotado. O governo ainda não divulgou as atas das urnas, acusando a oposição direitista de ter “hackeado” o envio de dados, com ajuda dos EUA, desde as escolas para o centro de computo da autoridade eleitoral, para sua validação. O objetivo da manobra, disse, é criar as condições para um golpe de estado, que eleve a oposição títere do imperialismo à presidência.

Maduro se refugia na lei eleitoral,

que dá até 30 dias para apresentação e verificação das atas. Joga com o tempo garantido pela Constituição e pelas leis eleitorais para já se apresentar, sem dados, como vencedor do pleito, com 51,20% dos votos, investindo-se a si mesmo como vencedor. A oposição direitista apresenta algumas atas em circunscrições em que ganhou do chavismo, para criar a imagem de que foi a legítima vencedora. O que não passa de manobra, porque isso exigiria acessar o conjunto das atas, e serem validadas pela Justiça eleitoral. A situação política ainda é indefinida, o que tem servido para a situação e oposição irem criando condições para um enfrentamento nas ruas.

Após Nicolás Maduro se declarar vencedor, as ruas de dezenas de cidades e, especialmente, da capital, foram tomadas por barricadas, protestos e manifestações, que proclamavam, ora a vitória da oposição, ora a do chavismo. O governo decidiu reprimir os protestos opositores, muitos deles organizados por “comandos” oposicionistas, ligados a bandos criminosos, para criar a imagem de uma “revolta popular” que comovesse os países da região, e fundamentalmente os EUA, para que se os declarassem vencedores e, desse modo, ameaçar com sanções, bloqueios e até “intervencionismo da comunidade internacional”, em “defesa da democracia”. A OEA tentou tirar uma declaração considerando fraudulentas as eleições, mas Brasil, Colômbia e México impediram. O chavismo decidiu, enquanto se dava essa “luta diplomática”, romper relações com sete países, entre eles Argentina, Chile e Peru, os que, antes de começarem as eleições, falavam de “falta de transparência” e “possível fraude”.

Depois de uma semana das eleições, a situação nas ruas estava praticamente controlada, e se verificava a saída de inúmeros políticos opositores do país. O conjunto das Forças Armadas se disciplinou ao governo, e anunciou que combateria o “Golpe de estado”, organizado pelo imperialismo. Os EUA anunciaram que ainda aguardam a apresentação de atas e sua confirmação pela Justiça Eleitoral para se posicionar. Assim, sem contar com apoio explícito dos EUA, nem entre a maioria da população, sofrendo perseguições, sequestros e prisões de políticos opositores, e não conseguindo arrastar um setor das Forças Armadas (muito depuradas após tentativas de golpes passados – fracassados – serem apoiados por destacamentos militares que sofreram forte repressão e dissolução de comandos), a oposição se recolheu e aguarda que se passem os 30 dias, para retomar sua ofensiva golpista.

Desde que Chávez triunfou no seu golpe de estado, há quase trinta anos atrás, e se consolidou posteriormente o chavismo como uma força política e eleitoral gigantesca, ganhando eleição após eleição esmagadoramente, a corrente governista começou a retroceder

em apoios, e a sofrer as consequências dos reflexos da crise mundial e interna, bem como dos bloqueios econômicos criminosos do imperialismo, quanto sua base social se foi estreitando, e as oposições internas foram sufocadas violentamente, inclusive entre vários sindicatos que tinham apoiado o chavismo por muitas décadas, mas começavam a exigir mudanças trabalhistas e aumentos salariais que permitissem às massas sobreviverem no quadro de barbárie social e de crise inflacionária. A oposição tentou aproveitar-se naquele momento para dar inúmeras tentativas de golpe, e garantir o intervencionismo. Todas fracassaram. Tampouco podia recorrer às massas, que odiavam suas políticas e seus governos anteriores aos de Chávez.

A oposição há muito abandonou o campo da luta democrática. Leopoldo López, Julio Borges, María Corina Machado, Henrique Capriles Radonski e depois Guaidó, foram todos instrumentos políticos do imperialismo, procurando criar uma situação social de caos e tentativas de golpe. É a via decidida desde 1998, quando as forças opositoras estiveram na base do golpe de estado que por 48 horas retirou Chávez do poder, para que depois ele desse um contragolpe, apoiado na maioria da população e das Forças Armadas, derrotando o golpismo organizado pelos EUA. Desde então, a maquinaria estatal e eleitoral chavista, além do massivo apoio popular, impediu os direitistas de cumprirem seus objetivos.

Quando o chavismo começava a perder parte de sua base social de apoio, ameaçando seu monopólio do poder político, e quando menos esperava, o imperialismo lhe estendeu uma mão, ao reatar as relações diplomáticas, e passar a negociar, com o “odiado chavismo”, novos acordos e contratos de exploração e envios de petróleo aos EUA. O imperialismo o fazia pressionado pelo estreitamento do fluxo de petróleo vindo da Rússia, após deflagrada a guerra na Ucrânia. O acordo permitiu abrir caminho às negociações para a convocatória das eleições, em uma clara troca de favores: os EUA garantiam para si petróleo abundante e barato (exportando parte também para a Europa, com preços mais elevados) e Maduro, um acordo “pacífico” com a oposição, que há décadas vinha ensaiando golpe depois de golpe, manobra depois de manobra, para garantir um pleito

As massas se deparam com uma resolução burguesa da crise política. Qualquer que seja o resultado da disputa inter-burguesa, levará a uma maior exploração e repressão dos explorados, para garantir os interesses da burguesia venezuelana, do imperialismo e das burocracias contrarrevolucionárias dos Estados operários degenerados.

“justo” e “transparente” – um que somente seria assim se a oposição pró-imperialista ganhasse.

A crise instalada mostra que o acordo foi uma farsa, e que não havia intenção da direita e ultradireita de abandonarem a via da desestabilização interna e do golpismo. Mas, seus cálculos falharam, quando os EUA anunciaram que aguardariam pelas atas eleitorais. Para o governo norte-americano, pouco importa se os direitistas ganharam ou Maduro continua no poder – o que lhe interessa em última instância é que o petróleo continue saindo da Venezuela para seus portos. Entretanto, vêm trabalhando para aprofundar a instabilidade e provocar novos “levantes”, para, quando a situação assim o permitir, desferir um novo ataque ao chavismo.

Somente em 30 dias, ou no momento em que os EUA decidam se posicionar, com ou sem atas, é que se produzirá uma nova mudança na situação política. Por enquanto, trata-se de, a partir de uma posição de independência de classe, rechaçar toda e qualquer ingerência externa e do imperialismo sobre o país.. O governo Maduro pode prorrogar a solução das atas, ou levar a oposição a realizar uma aventura, ou ainda, avaliar a situação de forma errada e dar um passo ao golpismo. O que levaria a reforçar o aparelho bonapartista que foi criado nos últimos anos, apoiado na alta cúpula militar e estatal, e que oscila entre abrir caminho às concessões aos EUA e selar acordos comerciais com as burocracias russa e chinesa, que permitam equacionar a violenta crise econômica com maciços investimentos.

A estabilidade do governo chavista hoje não repousa nas massas, nem na

possibilidade da expansão das forças produtivas internas, alargando as condições de vida dos explorados; e sim nas relações que pode estabelecer entre as duas forças econômicas e sociais antagonicas que estão em choque e guerra comercial aberta (e até militar, ainda que acobertada) por todo o mundo. A oposição direitista pode ir tão longe quanto esse equilíbrio de forças e interesses monopolistas lhe permitam. Mas, qualquer que seja o resultado, as massas venezuelanas não terão qualquer incidência na resolução da crise enquanto estiverem subordinadas às ilusões democráticas, e não contarem com sua direção revolucionária.


As massas se deparam com uma resolução burguesa da crise política. Qualquer que seja o resultado da disputa inter-burguesa, levará a uma maior exploração e repressão dos explorados, para garantir os interesses da burguesia venezuelana, do imperialismo e das burocracias contrarrevolucionárias dos Estados operários degenerados. A tarefa é a mesma colocada há décadas: a organização da vanguarda da classe operária ao redor do programa e estratégia revolucionários, ligada profundamente aos explorados em suas organizações próprias, erguendo as reivindicações que as levam a conquistar sua independência perante o estado, os partidos burgueses e os governos, abrindo assim uma via para a conquista do poder político e do governo operário e camponês.

Entretanto, é transformar-se em instrumento servil da burguesia sair criticando a suposta fraude eleitoral quando ainda não é possível sequer provar isso, assim como convocar o combate à “ditadura” chavista nas ruas, junto às organizações direitistas, que procuram a derrubada contrarrevolucionária do governo nacionalista, e pôr o país aos pés dos EUA. É isso o que faz o PSTU, que parece que não aprendeu nada quando apoiou as “mobilizações” reacionárias e pró-imperialistas em Kiev, em 2004. Perante qualquer tentativa da oposição de dar um golpe ou criar condições ao intervencionismo imperialista, os revolucionários têm o dever de defender a nação oprimida e esmagar os reacionários, a partir de seus próprios métodos, sem se subordinar ou compactuar com o chavismo. Qualquer outra posição, antes ou depois da resolução da crise, é criminosa para com a nação oprimida. ●

Balanço final

A retórica democratizante da “fraude” serve aos EUA e à direita para impulsionar o golpismo.

Defender incondicionalmente a nação oprimida diante do imperialismo e dos que o apoiam, da direita e da esquerda

 Publicamos inicialmente um balanço parcial das eleições no site do PPRI, no dia 02/08, e o reproduzimos também neste jornal, quando ainda não conhecíamos precisamente o resultado final das eleições. O importante era avaliar os elementos e fundamentos da crise aberta após a votação, e estabelecer uma linha política marxista e revolucionária diante da ofensiva imperialista. No texto a seguir, a partir do conhecimento dos dados, desenvolvemos essa avaliação e caracterização, marcada pelo ataque do imperialismo e de seus serviços sobre a nação oprimida, assim como o crime que representa a posição de se colocar ao lado da política reacionária da burguesia imperialista, chamando a combater o chavismo a partir da denúncia da suposta fraude e se apoiando na democracia burguesa imperialista.

O Conselho Nacional Eleitoral/CNE, com 96,87% das urnas apuradas, reafirmou a vitória de Nicolás Maduro sobre Edmundo González, por 51,95% dos votos (6.408.844) a 43,18% (5.326.104). Os restantes oito candidatos reuniram 4,86%. 59,97% do total de eleitores compareceu para votar (12.386.669), com 99,59% de votos válidos e 0,41%, anulados. A apuração de votos foi acompanhada por 9 ex-candidatos, enquanto a oposição direita se negou a comparecer, e continuou denunciando a suposta fraude. Sua recusa a participar da apuração final dos votos (que legalmente permite aos candidatos apresentarem provas de adulterações e fraudes) jogou por terra sua ameaça de que iria apresentar atas que o comprovariam.

Edmundo González e Corina Machado afirmaram ter ganho com 67% dos votos, atribuindo 33% a Maduro. Em um exercício matemático sem precedentes, do total de 100% dos votos válidos, não houve, segundo a

oposição, nenhum voto para os 8 candidatos e legendas restantes. Essa falsificação se deu após uma reunião de 30/07 (dois dias depois da eleição), entre dirigentes da oposição e Dan Erickson, conselheiro de Biden para assuntos do “hemisfério ocidental”, onde conversaram sobre os passos a seguir para impor a decisão de reconhecer González como presidente, com apoio de 21 países. Essas medidas seriam complementares às da OEA (31/07), para forçar o chavismo a aceitar sua “derrota”. A proposta de resolução da OEA redigida pelos EUA foi rejeitada (ver nota ao lado), e os ianques e os direitistas foram impedidos de darem um verniz diplomático ao golpismo. Agora, solicitam à Corte Internacional de Justiça/CIJ a condenação e detenção de Maduro, por desconhecimento do “processo eleitoral”.

Desde que o chavismo conseguiu conquistar uma ampla base social e o apoio das Forças Armadas, a oposição vem usando as eleições apenas como manobra, para depois desconhecê-las quando sua retórica falha, e o intervencionismo externo se atola. Exigem contagem transparente de votos e rejeitam a possibilidade de participar neles, sem que sejam controladas pelos EUA, o que significa desconhecer a soberania das instituições e do estado venezuelano sobre todas as decisões que dizem respeito ao regime eleitoral e de governo. O Centro Carter, dos EUA, enviou em junho uma “missão técnica”, que aprovou em informe preliminar que o processo e sistema eleitorais nacionais “estavam conforme os padrões internacionais”. No segundo informe, se fez uma virada de 180 graus, após decisão dos EUA de não reconhecer a de Maduro. Agora, afirmaram que “*não se cumpriram os padrões internacionais de integridade eleitoral, e não podem ser consideradas democráticas*” as eleições. Verifica-se que os “padrões internacionais” são tão flexíveis e mudam, segundo o

imperialismo se inclina a apoiar ou combater tal ou qual governo. A essa farsa “democrática”, somam-se incondicionalmente governos e forças ultradireitistas que seguem o roteiro escrito por Washington.

Nada mudou na estratégia de destabilização e intervenção imperialista, para impor um resultado eleitoral que há décadas foge das mãos da oposição pró-imperialista. A Venezuela tem sido alvo de invasões de mercenários, de golpes de estado, de bloqueios econômicos, de auto proclamações de presidente (Guaidó), escolhido a dedo de fora do país, e toda medida intervencionista e golpista organizada, orquestrada e financiada pelo imperialismo possíveis de imaginar. E que são apoiadas pela oposição, que se ergue como defensora da democracia e da institucionalidade. Agora, essa mesma oposição tentará reeditar o roteiro de Guaidó, desta vez com González, contando com as mesmas bases de apoio externas.

Maduro ainda conta com apoio popular e das Forças Armadas, e tem nas mãos as maiores reservas comprovadas de gás e petróleo existentes no mundo todo. O que lhe dá margem para manejar as alavancas do poder e se apoiar em setores da burguesia nacional que lucram muito como intermediários dos contratos petrolíferos, e parasitando dos subsídios estatais. Soma-se a essa base social, burocrática-estatal e econômica, o apoio das burocracias pós-estalinistas russa e chinesa. O imperialismo podia aceitar o governo de Maduro enquanto continua fluindo o petróleo venezuelano para os EUA, que serve para baratear os preços do petróleo em relação à importação do Oriente Médio – mais ainda em meio aos ataques houthis que elevaram os preços. Mas, a revolta da ultradireita, a rápida declaração de países “aliados” dos EUA em desconhecer as eleições, e o avanço maciço da Rússia e da China na

continua →

América Latina, acabaram por fazer com que os EUA decidissem retomar a via do golpismo. Eis a explicação do atraso da embaixada e governo norte-americanos em se pronunciar sobre o pleito eleitoral.

A oposição decidiu sair na ofensiva, porque temia que Nicolás Maduro chegasse a um entendimento final com o imperialismo, na base dos acordos de exploração petrolífera. A ofensiva imperialista varreu esse temor. Agora, Maduro ameaça entregar a exploração de jazidas sob contratos com empresas dos EUA (que foram as moedas de troca entre o chavismo e imperialismo na convocatória das eleições, e na participação da direita golpista) para a Rússia e a China. Essas mudanças impediram o governo bonapartista chavista de tentar se equilibrar entre os EUA e a Rússia e a China, para garantir sua estabilização, a qual passou a depender de sua capacidade de centralizar autoritariamente as massas, se apoiar ainda mais sobre o aparelho militar, e se subordinar mais e mais às burocracias contrarrevolucionárias.

Note-se que o que determina realinhamentos e posicionamentos são as leis objetivas da crise capitalista, e o percurso dos choques das forças antagonicas mundiais. Nada têm a ver com isso, a democracia e o processo eleitoral. A crise política aberta entre oposição e a situação reflete um impasse, em que as massas nada têm a ganhar. Mas, muito mais têm a perder, se se subordinam à política golpista ditada pelos EUA. Isso explica, por exemplo, a impostura do PSTU, de gritar “fraude!”, e seu posicionamento criminoso de chamar a derrubar a “ditadura” chavista, no momento em que o imperialismo se utiliza das mesmas caracterizações para dar um golpe contra a nação oprimida.

A exigência de eleições “democráticas transparentes”, quando na democracia burguesa sempre há algum nível de fraude e controle pelas forças econômicas – ainda mais agora, em meio à decomposição da base econômica e estreitamento da democracia burguesa, sobre a qual se apoiam todos os governos burgueses de esquerda e de direita. O manejo de dados, a fraude de atas e assinaturas, ampliar artificialmente o número de votantes, são métodos burgueses para

manter ou tirar governos. Da mesma forma que essa própria democracia burguesa serve de cobertura e garantia para desfechar golpes institucionais (Brasil, Paraguai, Peru, Equador, etc.). É por acaso possível melhorar ou aperfeiçoar a democracia burguesa, ou seja, democratizar e aperfeiçoar o capitalismo em decomposição? Não! Mas, o PSTU pretende fazer com que as massas acreditem que é possível ter “democracia” justa e transparente, porque serve ao objetivo de defender a luta eleitoral como uma via para formar os “governos dos trabalhadores”. Soma-se à subserviência à política imperialista, o oportunismo que serve aos interesses aparelhistas dos revisionistas do trotskismo.

“
...
(...) a existência ou não de fraude nessas eleições é um aspecto subordinado ao objetivo de defender a soberania e autodeterminação de um país oprimido, alvo de — ataques do imperialismo. —

Os morenistas gritam histericamente que o chavismo é uma “ditadura capitalista, corrupta, faminta e repressiva”. Não o são também todos os governos e regimes burgueses? Claro que sim! Mas, isso não determina imediatamente a tática e linha política revolucionárias. O que importa não é se estamos diante de um governo eleito ou ditatorial, mas sim qual o interesse das massas oprimidas e da nação oprimida nas relações de classe, econômicas e políticas mundiais. Daí decorrem a tática e as bandeiras que impulsionam a luta de classes, a luta contra a opressão nacional e a estratégia proletária. Lembremos aos revisionistas de Trotsky que ele defendeu a ditadura de Vargas contra a democracia inglesa, porque a derrota do imperialismo democrático pela ditadura significaria um passo na autodeterminação da nação oprimida e na revolução socialista, ao projetar a luta e independência das massas. Esse princípio leninista é jogado no ralo pelo PSTU, ao se colocar ao lado da burguesia imperialista contra Maduro. Fica ainda pior, quando arrasta parte da vanguarda por trás da ofensiva impe-

rialista contra a nação oprimida.

A falsificação dos morenistas na Venezuela é a mesma de todas as correntes que saíram defendendo o “resultado eleitoral” em 2022, contra o suposto golpe do bolsonarismo. Os extremo direitistas também gritavam “fraude” e chamavam a combater a “ditadura comunista”. Entretanto, o imperialismo apoiava Lula e a frente ampla burguesa, e sustentava a transição de governo que reforçaria sua ditadura de classe. Cabia aos revolucionários não caírem nessa armadilha democratizante. Mas, o PSTU e seus satélites (POR, MRT, etc.) passaram a defender o “resultado eleitoral”, ou seja, os métodos burgueses de dominação. Em última instância, defenderam a democracia burguesa, da qual surgia um governo de aliança com a direita e pró-imperialista. Mudam os partidos e frações burguesas que essas correntes apoiam, mas a política de subserviência e preservação das ilusões democráticas (consciente ou inconscientemente) a partir da “extrema esquerda” é a mesma.

Para a política revolucionária, a existência ou não de fraude nessas eleições é um aspecto subordinado ao objetivo de defender a soberania e autodeterminação de um país oprimido, alvo de ataques do imperialismo. O que importa aos revolucionários é defender uma política principista e leninista, de combate à opressão nacional e defesa da nação oprimida, porque qualquer derrota imperialista favorece a luta do proletariado mundial.

Cabe apenas às massas exploradas nacionais decidirem sobre todos os assuntos de política interna e sobre os rumos de seu país. E isso significa desenvolver a luta de classes contra o governo nacionalista – suposta e pretensamente “socialista” – e derrubá-lo quando a classe operária conquiste sua independência de classe, e se encaminhe pela via da revolução e ditadura proletárias. E não há como o fazer sem intervir nesse processo histórico, construindo seu partido-programa e defendendo as reivindicações e métodos próprios dos explorados. Tentar cumprir essa tarefa por meios democrático-formais e servindo aos interesses do imperialismo é um crime contra a luta revolucionária do proletariado e demais oprimidos e da nação oprimida contra seus opressores e algozes. ●